



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MPEJA**

**GENIVALDO FERREIRA SÁ**

**A INSERÇÃO DOS ALUNOS DO PROEJA, EGRESSOS DE UM  
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NO MUNDO DO  
TRABALHO POR MEIO DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO  
DO GOVERNO ESTADUAL EM CÍCERO DANTAS-BA**

**SALVADOR**

**2019**

**GENIVALDO FERREIRA SÁ**

**A INSERÇÃO DOS ALUNOS DO PROEJA, EGRESSOS DE UM  
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NO MUNDO DO  
TRABALHO POR MEIO DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO  
DO GOVERNO ESTADUAL EM CÍCERO DANTAS-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do  
Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos -  
MPEJA - Área de Concentração I: Educação, Trabalho e Meio  
Ambiente, Departamento de Educação do Campus I,  
Universidade do Estado da Bahia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leliana Santos de Sousa

**Salvador**

**2019**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB  
Dados fornecidos pelo autor

F383a

Ferreira Sá, Genivaldo

A INSERÇÃO DOS ALUNOS DO PROEJA, EGRESSOS DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NO MUNDO DO TRABALHO POR MEIO DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO DO GOVERNO ESTADUAL EM CÍCERO DANTAS-BA / Genivaldo Ferreira Sá.-- Salvador, 2019.

92 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Leliana Santos de Sousa.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Câmpus I. 2019.

1.PROEJA. 2.Trabalho. 3.Formação. 4.Programa Primeiro Emprego.

CDD: 374

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**

Reconhecimento Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1009, DOU de 13/10/13, seção 3, pág. 13.)  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MPEJA**

DEDC - CAMPUS I  
Departamento  
de Educação



**UNEB**  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA

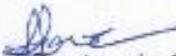


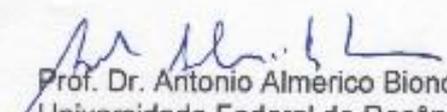
**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**"A INSERÇÃO DOS ALUNOS DO PROEJA, EGRESSOS DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NO MUNDO DO TRABALHO POR MEIO DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO."**

**GENIVALDO FERREIRA SÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto sensu*) em Educação de Jovens e Adultos – Mestrado Profissional - MPEJA, Área de Concentração I – Educação, Trabalho e Meio Ambiente, em 17 de dezembro de 2019, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

  
Dra. Leliana Santos de Sousa  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Doutorado em Ciências da Educação  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

  
Prof. Dr. Antonio Almerico Biondi Lima  
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

  
Profa. Dra. Heldina Pereira Pinto Fagundes  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Doutorado em Educação  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Profa. Dra Veleida Anahi da Silva  
Universidade Federal de Sergipe  
Doutorado em Educação  
Universidade de Paris 8, P8, França



**GENIVALDO FERREIRA SÁ**

**A INSERÇÃO DOS ALUNOS DO PROEJA, EGRESSOS DE UM  
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NO MUNDO DO  
TRABALHO POR MEIO DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO  
DO GOVERNO ESTADUAL EM CÍCERO DANTAS-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Antonio Almerico Biondi Lima**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

---

**Profª Drª Heldina Pereira Pinto Fagundes**  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

**Profª Drª Leliana Santos de Sousa**  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

**Profª Drª Veleida Anahí da Silva**  
Universidade Feral de Sergipe (UFS)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela constante presença em minha vida e pela proteção nas idas e vindas de meu percurso entre minha casa e a Universidade.

À todos da minha família, em especial a minha esposa, Sandra e meus filhos, Maria Clara e Rafael, pelo apoio e compreensão de minhas ausências.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leliana Santos de Souza, pela sua paciência, generosidade, humildade e sábias orientações.

Aos professores membros da banca Dr. Antonio Almerico Biondi Lima, Dr<sup>a</sup> Heldina Pereira Pinto Fagundes e Dr<sup>a</sup> Veleida Anahi da Silva pela disponibilidade em contribuir nos momentos de qualificação e defesa deste trabalho.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional GEEDR/UNEB/CNPq, pela parceria e pelos proveitosos debates acerca da pesquisa em educação.

Aos meus colegas Jorge Alberto e Marineide Marques pelos incentivos, companheirismo e boas risadas.

Não há saber mais, nem saber menos, há  
saberes diferentes.

Paulo Freire (1987, p.68)

SÁ, Genivaldo Ferreira. **A Inserção dos Alunos do Proeja, Egressos de um Centro de Educação Profissional, no Mundo do Trabalho por meio do Programa Primeiro Emprego do Governo Estadual em Cícero Dantas-BA.** 2019. Dissertação (Mestrado). 92 páginas. Departamento de Educação do Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.

## RESUMO

A Educação de Jovens Adultos - EJA é uma modalidade de educação que se distingue das demais por reconhecer a historicidade dos sujeitos que dela participam e enquanto modalidade se propõe a possibilitar o acesso a conhecimentos em uma determinada época da vida que precisam conciliar estudo e trabalho, pois além de estudantes são trabalhadores e vislumbram na escola a possibilidade de permanecer ou adentrar no mundo do trabalho. Nesta pesquisa, de abordagem qualitativa e delineada pela pesquisa-ação, versamos os princípios e fundamentos do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA como também analisamos a estreita relação deste com o mundo do trabalho, uma vez que os educandos do PROEJA perpassam pelo processo de formação profissional. Realizamos também uma pesquisa documental a fim de conhecer melhor os pressupostos do Programa Primeiro Emprego. Para isso, utilizamos das contribuições de teóricos como Freire (2011), Paiva (1987), Frigotto (2004), Charlot (2013), Arroyo (2007), Machado (2015), Marx (2009), Hegel (1974) e Gramsci (2011), dentre tantos outros. Buscamos, então, compreender como o processo de formação profissional dos educandos do PROEJA tem contribuído para a inserção desses sujeitos no mundo do trabalho, mediante a contratação pelo Programa Primeiro Emprego? Nessa perspectiva, o Programa Primeiro Emprego tem se tornado uma importante oportunidade de experiência formal de trabalho para os alunos egressos do PROEJA. Adotamos aqui a concepção de trabalho como princípio educativo que se estenda para além do mero treinamento profissional que atenda apenas o mercado, mas uma formação integral na direção de uma nova concepção de homem e de sociedade. Assim, objetivamos compreender o processo de formação dos educandos do PROEJA para sua inserção no mundo do trabalho, em especial, através do Programa Primeiro Emprego, destacando indicadores que possibilitam maior aproximação entre a formação e necessidade de trabalho.

Palavras-chave: PROEJA, Trabalho, Formação, Programa Primeiro Emprego.

Sá, Genivaldo Ferreira. **The Insertion of PROEJA Students, Graduates of a Professional Education Center, in the World of Work through the State Government's First Job Program in Cícero Dantas-BA.** 2019 Thesis (Master's degree). 92 pages. Campus I Education Department, State University of Bahia, Salvador, 2019.

## **ABSTRACT**

The Young Adult Education - EJA is a modality of education that is distinguished from others by recognizing the historicity of the subjects who participate in it and as a modality aims to enable access to knowledge in a certain age of life that need to reconcile study and work, For, besides students, they are workers and they glimpse at school the possibility of remaining or entering the world of work. In this research, with a qualitative approach and outlined by action research, we deal with the principles and fundamentals of National Program for the Integration of Basic Education with Vocational Education in the Youth and Adult Education Modality - PROEJA, as well as its close relationship with the world since PROEJA students go through the process of vocational training. We also conducted a desk research to better understand the assumptions of the First Job Program. For this, we use the contributions of theorists such as Freire (2011), Paiva (1987), Frigotto (2004), Charlot (2013), Arroyo (2007), Machado (2015), Marx (2009), Hegel (1974) and Gramsci. (2011), among many others. So, we seek to understand how the process of professional education of PROEJA students has contributed to the insertion of these subjects in the world of work by hiring the First Job Program? In this perspective, the First Job Program has become an important opportunity for formal work experience for PROEJA graduates. We adopt here the conception of work as an educational principle that extends beyond mere professional training that meets only the market, but an integral formation towards a new conception of men and society. Thus, we aim to understand the process of formation of students of PROEJA for their insertion in the world of work, especially through the First Job Program, highlighting indicators that enable greater approximation between training and needs for work.

Keywords: PROEJA, Work, Training, First Job Program.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Imagem aérea do Centro de Educação Profissional Lourdes Carvalho Neves Batista - Cícero Dantas-BA.....24

FIGURA 2 – Imagem da Igreja Matriz da cidade de Cícero Dantas - BA.....25

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Formação profissional, mundo do trabalho e o programa Primeiro Emprego.....	69
GRÁFICO 2 – Percepção dos educandos do PROEJA sobre a formação profissional.....	72
GRÁFICO 3 – A prática pedagógica dos professores do PROEJA.....	73

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Relação do quantitativo de alunos matriculados no PROEJA do Centro Estadual de Educação Profissional Lourdes Carvalho Neves Batista.....	25
QUADRO 2 - Relação de órgãos estaduais onde atuam os egressos do Programa Primeiro Emprego.....	64
QUADRO 3 – Descrição da fala de alguns entrevistados – Egressos no Programa Primeiro Emprego.....	68
QUADRO 4 – Descrição da fala de alguns entrevistados – Educandos do PROEJA.....	70

## LISTA DE SIGLAS

ABC - Ação Básica Cristã

ADAB - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia

BA - Bahia

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional

CNER - Campanha Nacional de Educação Rural

CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos

DIRES – Diretoria Regional de Saúde

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNEP - Fundo Nacional do Ensino Primário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

RETRAN - Regional de Trânsito

SAEB - Secretaria de Administração do Estado da Bahia

SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEC - Secretaria de Educação e Cultura

SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>19</b>
2.1 A abordagem da pesquisa.....	19
2.2 O <i>lócus</i> da pesquisa: um retrato do CEEP Lourdes Carvalho Neves Batista.....	23
2.3 Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	26
2.4 Os instrumentos da pesquisa.....	29
2.5 Trajetória do objeto de pesquisa.....	31
<b>3. ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>33</b>
<b>4 O PROEJA E O MUNDO DO TRABALHO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO PROCESSO EDUCATIVO.....</b>	<b>46</b>
4.1 O conceito de trabalho.....	55
<b>5. O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO.....</b>	<b>60</b>
5.1 O Programa Primeiro Emprego na cidade de Cícero Dantas e região.....	64
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>67</b>
6.1 O que dizem os contemplados pelo Programa Primeiro Emprego.....	67
6.2 O que dizem os educandos do PROEJA.....	70
6.3 O que dizem os professores do PROEJA.....	73
<b>7. A PARCERIA COM AS EMPRESAS LOCAIS COMO PRODUTO DA PESQUISA.....</b>	<b>76</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Diante das experiências vividas na educação profissional pude perceber nos alunos da EJA a necessidade de acompanhamento dos acontecimentos da vida de cada um e o quanto estes afetaram a aprendizagem e o modo se portar no mundo diante das crescentes transformações na sociedade contemporânea. Em determinado momento se objetivava uma educação que atendesse apenas às exigências do mundo do trabalho, posteriormente se pensou em uma formação escolar que contemplasse não somente os requisitos do mundo do trabalho, mas que atendesse também às necessidades do sujeito em formação.

A Educação de Jovens Adultos - EJA é uma modalidade que reconhece a historicidade dos sujeitos que dela fazem parte e que se propõe proporcionar o acesso a conhecimentos em uma determinada época da vida em decorrência do fato de ter sido negada, ainda na infância e adolescência, o direito de acesso e permanência na escola e conseqüentemente da aprendizagem formal, mesmo havendo previsão legal na Constituição Federal e na LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/1996.

Nesta pesquisa, abordamos ainda os princípios que fundamentam o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e a estreita relação com a concepção de trabalho como princípio educativo que se estenda para além do mero treinamento profissional que se destina apenas a lógica do mercado, mas uma formação integral na direção de uma nova concepção de homem e de sociedade.

Assim, observaremos nesta pesquisa que o educando da EJA é, antes de tudo, um sujeito detentor de diversos saberes oriundos de sua vivência de mundo mediante as experiências e desafios a ele propostos, sejam advindos do meio familiar ou da luta diária do trabalho e dos esforços para a sobrevivência. Neste sentido, os discursos inerentes a trabalho e educação têm assumido, contemporaneamente, um amplo debate. Nesse sentido, observa o PROEJA adquirir importância especial no que tange à organização curricular no âmbito do Ensino Médio Integrado à formação técnica, cujo objetivo é a inclusão dos alunos, considerados à margem do sistema educacional, no ambiente formal da educação e a preparação destes sujeitos para o mundo do trabalho.

O PROEJA é um programa instituído pelo decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Vale ressaltar que este decreto se originou de uma ampliação de outro já existente - decreto 5.478 de 24 de junho de 2005 - que criou o programa, porém limitado às instituições federais de educação tecnológica e ao nível médio.

Levando-se em consideração os objetivos do PROEJA, observa-se que o mesmo tem por intuito elevar as potencialidades dos sujeitos que possuem defasagem idade série através da oportunidade de formação não somente do ponto de vista do letramento, mas da formação para o mundo do trabalho. Assim, o referido programa contribui para a formação cidadã, isto é, sujeitos críticos, criativos e preparados para atender às exigências do mundo do trabalho e também compreender o trabalho como princípio educativo.

Mediante esta contextualização, tivemos como objetivo geral compreender o processo de formação dos educandos do PROEJA para sua inserção no mundo do trabalho, em especial, através do Programa Primeiro Emprego, destacando indicadores que possibilitam maior aproximação entre a formação e necessidade de trabalho.

Neste sentido, diante da delimitação do objetivo geral, surgem como objetivos específicos: levantar as potencialidades da formação profissional dos alunos do PROEJA; destacar a relação trabalho e educação a partir das perspectivas e trajetórias dos educandos; propor parceria entre o CEEP e as empresas locais objetivando a contratação do aluno egresso do PROEJA.

Sendo assim, o interesse pela pesquisa surgiu pelo fato de possuir uma longa experiência enquanto docente da Educação de Jovens e Adultos e por compreender que através do PROEJA é possível que o educando conquiste meios que possam elevar a sua condição social e econômica assim como também a autoestima destes sujeitos. Esta pesquisa se sustenta também pela visível dificuldade que o aluno egresso do PROEJA tem de conseguir adentrar no mundo do trabalho, sobretudo na cidade de Cícero Dantas-BA.

Diante disso temos como problema de pesquisa a seguinte questão: Como o processo de formação profissional dos educandos do PROEJA tem contribuído para a inserção destes sujeitos no mundo do trabalho mediante a contratação pelo Programa Primeiro Emprego? Nesta perspectiva, a oportunidade de adentrar no mundo do trabalho por meio do Programa Primeiro Emprego tem se tornado a primeira experiência formal de trabalho do educando egresso do PROEJA.

Nesse sentido, a inserção dos alunos egressos no mundo do trabalho tem se tornando um elemento de atração para o ingresso de novos educandos no CEEP Lourdes Carvalho. Diante disso o programa Primeiro Emprego tem se tornando uma valiosa oportunidade para alunos da referida instituição. A partir desse pressuposto, levando-se em consideração um número bastante significativo de alunos egressos que adentraram no mundo do trabalho é que surge este estudo.

As informações pertinentes ao delineamento metodológico desta pesquisa foram referendadas pelos critérios da abordagem qualitativa delineada pelos métodos da pesquisa-ação por proporcionar maior participação dos sujeitos da pesquisa através das características social e empírica. Fez-se ainda uma pesquisa documental para melhor compreender os princípios e propostos do programa Primeiro Emprego.

Diante disso, torna-se necessário o aprofundamento nas questões referentes ao programa em virtude do seu caráter recente havendo assim diversas interrogações. Assim, as reflexões contidas neste trabalho não esgotam as proposições e pesquisas que tratam de questões pertinentes ao mundo do trabalho, mas pretendem suscitar desafios inerentes aos sujeitos do PROEJA e sua profissionalização.

Assim, a pesquisa aqui apresentada está organizada por meio de capítulos. Nesse sentido, após a introdução, no segundo contemplamos os caminhos metodológicos da investigação e nele tecemos considerações acerca da abordagem qualitativa, da pesquisa-ação, do lócus da pesquisa, da caracterização dos sujeitos, dos instrumentos e também da trajetória do objeto de pesquisa.

No terceiro capítulo discorremos sobre o panorama histórico e político da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Assim, contemplamos no referido capítulo o surgimento da EJA desde seus primórdios até os dias atuais.

Desse modo, tratamos no quarto capítulo da formação profissional dos educandos do PROEJA e versamos também a respeito conceito de trabalho.

O capítulo seguinte traz uma análise do programa primeiro emprego e para isto recorreremos aos documentos oficiais como fonte de pesquisa.

Nas considerações finais abordamos reflexões sobre a pesquisa e as implicações atuais e futuras desta na formação dos educandos do PROEJA para o mundo do trabalho em consonância com o Programa Primeiro Emprego. Esperamos que o estudo aqui apresentado traga contribuições significativas para a

compreensão dos problemas na Educação de Jovens e Adultos e possa ampliar a produção do conhecimento no campo do mundo do trabalho.

## 2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo apresenta a metodologia utilizada, o *lócus* da pesquisa, os sujeitos pesquisados e os instrumentos utilizados na coleta das informações. Neste sentido, analisa-se aqui, de forma ampla, a abordagem qualitativa e a pesquisa-ação destacando assim os momentos de desenvolvimento da pesquisa, o contato direto entre sujeito e objeto e a exploração dos dados que estão eminentemente relacionados com a realidade investigada.

### 2.1 A abordagem da pesquisa

A opção metodológica deve estar em comunhão com o propósito de investigação. Assim, trata-se aqui da abordagem qualitativa aplicada a qual mantém uma estreita relação com problemas pertinentes a instituições, organizações, grupos ou atores sociais e empenha-se em elaborar diagnósticos, identificar problemas e buscar soluções. De acordo com Thiollent (2011), a pesquisa aplicada responde a uma demanda formulada por clientes, atores sociais ou instituições.

Para melhor concisão deste estudo a abordagem qualitativa está delineada pela pesquisa-ação. Conforme Neto (2012), a pesquisa qualitativa prima pela compreensão dos fenômenos nas suas peculiaridades históricas e pela interpretação dos eventos. Assim sendo, a pesquisa qualitativa oportuniza o pesquisador a se aproximar e conhecer intimamente o objeto de pesquisa.

A pesquisa qualitativa, mais do que qualquer outra, suscita questões éticas, em decorrência da proximidade entre pesquisador e os sujeitos pesquisados. Trata-se, assim de um tipo de pesquisa que privilegia a análise de microprocessos, por meio do estudo das ações sociais tanto individuais quanto grupais.

Sendo assim, a abordagem qualitativa “[...] busca investigar e interpretar o caso como um todo orgânico, uma unidade em ação com dinâmica própria, mas que guarde forte relação com seu entorno ou contexto sociocultural” (FIORENTINI; LORENZATO, 2009, p. 110). Observa-se então que os pesquisadores qualitativos focam nos significados e processos da pesquisa e conseqüentemente demonstram maior interesse pelo processo do que pelos resultados.

Nesta perspectiva, a abordagem qualitativa é condizente com os objetivos da presente pesquisa uma vez que pretende extrair dados diretamente dos sujeitos e

estabelecer uma relação direta para compreender os fenômenos estudados. Dessa forma, destaca Lüdke e André (1986), que um dos aspectos da abordagem qualitativa é reconhecer no ambiente natural a fonte direta dos dados e no pesquisador o principal instrumento para a investigação.

Após algumas reflexões acerca deste estudo, podemos afirmar que além de se caracterizar enquanto pesquisa qualitativa é delineada pela pesquisa-ação por ser investigativa e supor um conjunto de procedimentos técnicos e operativos para o conhecimento da realidade com o objetivo de promover a transformação pela ação da coletividade. Partindo desse pressuposto, Thiollent (2011, p. 14) define a pesquisa-ação como:

Um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Nesta concepção, trata-se de um método de pesquisa no qual todos estão envolvidos no processo de construção de uma ação com a finalidade de resolver o problema identificado pelo grupo. Deste modo, Thiollent (2011), ressalta ainda que a Pesquisa-Ação não é constituída somente pela ação ou pela participação, pois com ela é possível produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir com a discussão, ou fazer avançar o debate acerca das questões abarcadas. Ela está envolvida com a práxis educativa/investigativa, sendo a práxis aqui entendida como um movimento relacionado à indissociabilidade entre teoria e prática.

A pesquisa-ação, do ponto de vista estratégico, pode ser classificada como um modelo de concepção e organização de uma pesquisa social de ordem prática e que esteja em consonância com os requisitos da ação e da participação dos sujeitos envolvidos no problema.

O papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados é uma característica peculiar da pesquisa-ação, pois há que se destacar o acompanhamento e avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Quanto ao pesquisador, cabe a este organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação planejada.

Dessa maneira, o método da pesquisa-ação apresenta contornos típicos de processos argumentativos identificados pela forma como ocorrem a colocação de

problemas a serem estudados de forma coletiva tanto por pesquisadores quanto por participantes, o debate e deliberação dos mecanismos para solucioná-los e a avaliação dos resultados.

Fiorentini e Lorenzato (2009, p.112) acrescentam reflexões acerca da pesquisa-ação como uma pesquisa participante na qual “O pesquisador se introduz no ambiente a ser estudado não só para observá-lo, mas sobretudo para mudá-lo em uma direção que permita a melhoria das práticas, bem como, maior liberdade de ação e de aprendizagem dos participantes”. Assim, a aproximação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa faz com que os envolvidos tomem consciência da situação em uma ação coletiva.

Na concepção de Barbier (2002), a pesquisa-ação reconhece que o problema surge, num contexto preciso, de um grupo em crise, mas o pesquisador não o provoca, pois seu papel se constitui em ajudar a coletividade a determinar todos os detalhes mais cruciais inerentes ao problema, por uma tomada de consciência dos sujeitos do problema numa ação coletiva.

De acordo com o pensamento de Franco (2005) há importantes princípios epistemológicos contidos na pesquisa-ação os quais se acentuam na rejeição do positivismo; na práxis social como ponto de partida e chegada na construção e ressignificação do conhecimento; na construção do conhecimento baseada na intersubjetividade; na realização que se dá no ambiente natural da realidade a ser pesquisada; na flexibilidade de procedimentos; na integração em ciclo de planejamento, ação, reflexão, pesquisa e no replanejamento continuamente voltado às necessidades da coletividade.

A pesquisa-ação na concepção de Dionne (2007, p. 35) assevera que o pesquisador implicado na mudança social, “[...] não pode se limitar ao propósito ‘positivista’ de neutralidade, nem pretender se isolar do fato social”. Na medida em que estabelece uma relação com a complexidade da vida humana, o pesquisador é um técnico do social, sendo capaz de exercer seu papel dialeticamente, o que implica seu trânsito por diferentes áreas do conhecimento (BARBIER, 2002). Assim, o pesquisador desenvolve uma ação dialética que resulta em uma atividade política que envolve igualmente o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Desse modo, a pesquisa-ação não é uma mera complementação de outros métodos de pesquisa. Nas palavras de Barbier (2002, p. 17) ela é defendida como uma revolução epistemológica a ser ainda amplamente explorada, denotando “[...]”

uma verdadeira transformação da maneira de conceber e de fazer pesquisa em Ciências Humanas”. Ao referenciar o pensamento do autor percebemos que a pesquisa-ação integral ainda tem muito a ser estudada para, de maneira profunda, trazer suas contribuições para o campo da pesquisa.

A pesquisa-ação possui fortes influências do pensamento francês, em especial no que concerne ao sentido político, devido à forte tradição de mobilização social que este desenvolveu no decorrer da história. Segundo Betti (2009), a corrente francesa de pesquisa-ação se volta para a educação não-formal, tendo o grupo como alvo de conscientização para uma ação conjunta, salientando-se aqui, mais uma vez, a incompatibilidade do método a ambientes restritivos.

Portanto, a forma de pesquisar a realidade pressupõe a participação da população como sujeitos ativos no conhecimento do mundo ao seu redor e oportuniza a esta adquirir conhecimentos basilares para a resolução de problemas. A maneira de fazer o estudo e o conhecimento da realidade já é a ação que se traduz, a mobilização, a sensibilização e a conscientização. A pesquisa-ação em seu processo participativo supõe uma implicação mútua entre pesquisadores e pessoas envolvidas no projeto onde se realiza trocas de conhecimento e socialização das experiências em seus aspectos teórico e metodológico, no que se refere à pesquisa.

Diante de todo o delineamento metodológico deste estudo destaca-se também a análise documental. Esta foi realizada na tentativa de conhecer melhor o programa Primeiro Emprego, pois, este também se constitui como objeto desta pesquisa. Nesta perspectiva, Gil (2010, p.62-3), assevera que a pesquisa documental apresenta alguns benefícios, dentre ele por ser “[...] fonte rica e estável de dados”. A pesquisa documental constitui-se de um material que ainda não recebeu tratamento analítico que pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

A análise documental compreende um relevante método no contexto da pesquisa qualitativa. Diante disso, a análise documental permite ao pesquisador retirar elementos informativos de um documento original, ou seja, que ainda não foi analisado ou sistematizado, a fim de expressar seu conteúdo transformando um documento primário em documento secundário.

Desse modo, a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LÜDKE E ANDRÉ,

1986). Compreendemos que a análise documental representa uma rica fonte de dados que, no plano metodológico, traz grandes vantagens sobre outros métodos, uma vez que pode eliminar parte da influência exercida pela presença ou intervenção do pesquisador.

O delineamento constitui parte essencial de uma pesquisa e envolve a esquematização e a coleta de dados que possibilitam a compreensão da execução da pesquisa através da apresentação feita aos leitores no que concerne à forma como a pesquisa foi realizada em âmbito geral, no tocante aos procedimentos executados percebemos que esses facilitam a execução metodológica para o pesquisador, pois assim são pontuadas todas as etapas para a execução da pesquisa.

Logo, compreendemos que a análise documental se fez necessária pelo fato de haver pouca escrita a respeito do Programa Primeiro Emprego, por isso entendemos não haver necessidade de realizarmos uma análise mais profunda acerca da pesquisa documental, pois a pesquisa-ação ganhou maior destaque por levar em consideração os objetivos e pressupostos deste estudo.

## **2.2 O *lócus* da pesquisa: Um retrato do CEEP Lourdes Carvalho Neves Batista**

A escolha do Centro Estadual de Educação Profissional em Informática e Gestão Lourdes Carvalho Neves Batista, como espaço que caracteriza o *lócus* para a realização desta pesquisa, deu-se pelo fato de se tratar de uma instituição de nível médio integrado ao ensino profissional o que conseqüentemente perpassa pela formação para o mundo do trabalho.

Os aspectos dos jovens e adultos, sujeitos desta pesquisa, aproximam-se dos objetivos de conhecer o alunado da EJA que se encontra entre a juventude e a idade adulta, focalizando os alunos entre 18 e 50 anos. Sendo assim, pretende-se desvelar esses sujeitos e seu perfil, como mecanismos para a compreensão do PROEJA e de sua configuração no que tange à formação profissional.

Diante disso, faz-se oportuno refletir a respeito dos aspectos observados na instituição apresentada como *lócus* da pesquisa, enquanto um estabelecimento de ensino que conta com uma matrícula expressiva de jovens e adultos matriculados no PROEJA.

**Figura 1 – Imagem aérea do Centro de Educação Profissional Lourdes Carvalho Neves Batista-Cícero Dantas - BA**



**Fonte:** Jefferson Cardoso – 2018

O Centro de Educação Profissional em Informática e Gestão Lourdes Carvalho Neves Batista, inicialmente denominado de Escola Estadual de Ensino Médio Professora Lourdes Carvalho Neves Batista, consoante publicação em Diário Oficial do Estado da Bahia em 10/11/2006. No ano de 2010 a referida Escola de Ensino Médio tornou-se Centro de Educação profissional. Desse modo, passou a ofertar os cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas Áreas de Informática e Administração.

A partir de então, iniciava-se uma nova era no tocante à educação na cidade de Cícero Dantas-BA. Assim, muitos olhares e anseios de familiares e estudantes voltavam-se para a mais recente Instituição de Ensino. Após a transformação de Escola de Ensino Médio em CEEP novas perspectivas surgiram por parte da classe estudantil e também de seus familiares, pois viam a formação profissional como uma porta para adentrarem no mundo do trabalho. Atualmente, o CEEP oferta também os cursos de Agropecuária e Agronegócio.

A estrutura do CEEP compõe-se de 12 salas de aula climatizadas, 01 laboratório de informática, 01 sala de manutenção de computadores, 01 biblioteca, 01 sala de professores, 01 secretaria, 01 sala da diretora; possui também 01 cozinha, 04 banheiros, 01 quadra de esporte e 01 área para recreação. A cada ano letivo aumenta o quantitativo de alunos matriculados nos Cursos Técnico em Informática, Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária e Técnico em Agronegócio. Atualmente, o número de alunos matriculados é de 1012. Desse

quantitativo, 260 compõem os estudantes do PROEJA conforme o quadro abaixo, que apresenta além do turno, o número de alunos e o curso.

**QUADRO 1. Relação do quantitativo de alunos matriculados no PROEJA do Centro Estadual de Educação Profissional Lourdes Carvalho Neves Batista – Cícero Dantas – BA – 2019**

TURNOS	CURSO	Nº DE ALUNOS
NOTURNO	ADMINISTRAÇÃO	102
	INFORMÁTICA	80
	AGRONEGÓCIO	84
	AGROPECUÁRIA	90

Fonte: Secretaria do CEEP Lourdes Carvalho Neves Batista, 2019.

Os supracitados cursos possuem uma carga horária de 2400 h das quais 200 são dedicadas aos estágios conforme orienta a matriz curricular e o Projeto Pedagógico de cada curso. O momento do estágio é de fundamental importância para o aluno do PROEJA, uma vez que possibilita a execução de tarefas práticas que contemplam o que é aprendido na escola, além disso, para muitos, o estágio é uma oportunidade para ingressar no mundo do trabalho.

**Figura 2 – Imagem da Igreja Matriz da cidade de Cícero Dantas - BA**



Fonte: Jefferson Cardoso – 2018

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Conselho é um retrato histórico, cultural e religioso da cidade de Cícero Dantas. A referida igreja foi construída entre os anos de 1894 e 1895 mediante ordem dada ao Frei Apolônio de Todi pelo Arcebispo da Bahia. Neste último ano, Antonio Conselheiro e seus seguidores

deram ajuda significativa com madeiras e pedras que serviram para a finalização da obra que seria um marco representativo das manifestações religiosas do catolicismo até os dias atuais.

A escolha da santa padroeira da cidade foi feita pelo Frei Apolônio de Todi e se justifica pelo fato de deste ser italiano e Nossa Senhora do Bom Conselho ser muito venerada na Itália. As festividades religiosas acontecem durante o mês de agosto de cada ano e reúnem centenas de fies da cidade e região além dos filhos da terra que moram distante e aproveitam a data festiva para voltar à cidade, rever famílias e amigos e também venerar e agradecer a Nossa senhora do Bom Conselho.

A cidade de Cícero Dantas-BA, localizada na região do Semiárido Nordeste II, possui cerca de 40 mil habitantes, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A distância da capital Salvador é de 300 KM e o acesso a esta se dá pelas BR-324, BR-116, BR- 410 e BR-110.

Quanto a economia local, esta origina-se da agricultura, pecuária e comércio local. Destacam-se assim a produção grãos como milho e feijão, a criação de gado e diversidade do comércio varejista. A ausência de fábricas e indústrias que poderiam oferecer oportunidades de emprego para os habitantes faz com que muitos jovens migrem para os grandes centros urbanos a procura de trabalho e melhores condições de vida. Os sujeitos que decidem ficar na cidade optam pelo trabalho no campo ou procuram oportunidades no comércio local.

Portanto, faze-se necessária a articulação entre escola e as empresas locais e regionais para que os jovens e adultos egressos do PROEJA possam adentrar no mundo do trabalho e demonstrar seu potencial laboral em decorrência de seus saberes oriundos dos diversos espaços de aprendizagem informais e não formais e agora autenticados pela escola.

### **2.3 Caracterização dos sujeitos da pesquisa**

Ao buscar os sujeitos da pesquisa em uma escola nos deparamos com diversos fatores inerentes aos educandos, professores, gestores e demais sujeitos que compõem a comunidade escolar. Diante da filosofia e dos métodos de gestão da instituição o pesquisador deve respeitar o lócus da pesquisa ao buscar, naquele espaço, os dados da investigação.

Neste sentido, os educandos do PROEJA caracterizados aqui como sujeitos da pesquisa (Grupo amostral 1) são, antes de qualquer definição, homens e mulheres que buscam na escola oportunidades de agregar conhecimentos aos saberes já construídos nos mais distintos espaços de aprendizagem informais e não formais.

Participaram desta pesquisa 08 alunos do PROEJA, escolhidos de forma aleatória, matriculados nos cursos de Administração, Informática e Agropecuária. Dentre estes, 5 eram do sexo feminino. Nesta perspectiva, os alunos que participaram desta pesquisa possuem uma faixa etária que varia dos 18 aos 55 anos. Muitos residem na cidade de Cícero Dantas, mas outros tantos percorrem até 30 km até chegar à escola, pois habitam na zona rural e dependem de transporte escolar público para não deixar o sonho do crescimento pessoal se esvaír. Não se trata de um trajeto fácil, uma vez que o cansaço oriundo do trabalho cotidiano deixa muitos desses sujeitos com pouca disposição para interagir e participar de forma ativa das aulas.

O trabalho braçal, do qual muitos extraem o sustento familiar, configura a lida na lavoura e no cuidado com os animais que criam em meio à paisagem seca do semiárido baiano. No que concerne aos demais sujeitos da pesquisa (Grupo amostral 2), desta vez os alunos egressos e, atualmente, contemplados pelo Programa Primeiro Emprego, escolhidos aleatoriamente, percebemos que estes demonstraram-se dispostos a colaborar com a pesquisa. Assim, 08 alunos egressos colaboraram com a pesquisa sendo 7 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Todos estes sujeitos residem no município de Cícero Dantas, alguns na sede e outros na zona rural. Todos destes nunca tiveram uma experiência de trabalho formal, pré-requisito principal para que pudessem ser contatados pelo Programa Primeiro Emprego. A primeira oportunidade de trabalho agrega a estes jovens e adultos novos conhecimentos e novas experiências que, até então, só tinham vivenciado na informalidade.

Outros sujeitos de extrema importância para a concretização da pesquisa foram os professores que lecionam no PROEJA, (Grupo Amostral 3). Tal relevância advém da atuação cotidiana destes com os sujeitos em formação.

A participação desses docentes na pesquisa se deu pelo fato de lecionarem no PROEJA, especificamente nas turmas de Técnicos em Administração,

Informática e Agropecuária. A partir de então, faremos uma caracterização destes sujeitos que compõem o já citado grupo amostral, formado por 08 docentes.

A primeira professora entrevistada, “PR1”, é contratada pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e é formada em Letras pela UNIAGES, de Paripiranga – BA, também possui pós-graduação em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.

A segunda professora entrevistada “PR2”, atua há 4 anos unicamente nesta Instituição de Ensino e reside na cidade Cícero Dantas – BA. É formada em Administração pela UNIAGES, de Paripiranga-BA.

O professor “PR3”, terceiro entrevistado, atua há 5 anos nas turmas do PROEJA nesta Instituição. É Tecnólogo Superior em Redes de Computadores pela Faculdade Dom Luiz, de Ribeira do Pombal - BA. É contratado pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

A professora “PR4”, é licenciada em Filosofia pela UFS – Universidade Federal de Sergipe e mestre em Filosofia pela referida universidade. A professora é concursada e está na Instituição há 8 meses. Além de atuar como docente do PROEJA no CEEP Lourdes Carvalho a docente também é professora efetiva da rede estadual de ensino de Sergipe.

A professora aqui identificada como “PR5”, trabalha há 4 anos nas turmas do PROEJA Técnico em Administração, contratada pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), reside na cidade de Paripiranga – BA, e possui graduação em Administração com Ênfase em Sistemas de Informação pela UNIAGES.

A sexta professora entrevistado “PR6”, desempenha suas atividades com as turmas de Técnico em Agropecuária e é contratada pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), A professora é graduado em Zootecnia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE –. Também possui mestrado em Produção Animal pela mesma universidade onde fez a graduação.

O sétimo professor que entrevistamos “PR7”, trabalha na Instituição há 8 anos, pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Leciona nas turmas de Técnico em Informática. É graduado em Tecnólogo em Redes de Computadores pela Faculdade Dom Luiz de Orleans e Bragança e também em Letras pela Faculdade de Tecnologias e Ciências (FTC).

A última professora entrevistada, “PR08”, é graduada em Administração, pela UNIAGES, situada na cidade de Paripiranga - BA e trabalha no CEEP Lourdes Carvalho onde leciona nas turmas de PROEJA Técnico em Administração há 6 anos pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), com carga horária de 20 horas semanais.

## **2.4 Os instrumentos da pesquisa**

Os instrumentos de pesquisa aqui utilizados, observações, questionários e entrevistas, foram essenciais para o levantamento de dados realizado, pois assim foi possível acompanhar as ações realizadas durante o processo da pesquisa.

Dentre as vantagens do uso do questionário, como técnica de coleta de dados, vale destacar a obtenção de grande número de dados que atinge um maior número de pessoas simultaneamente, maior abrangência geográfica, obtenção de respostas mais precisas e com maior liberdade em razão do anonimato, maior segurança pela ausência de identificação, menor risco de distorção em razão da falta de influência do pesquisador, em decorrência da natureza impessoal do instrumento resultará mais uniformidade na avaliação e proporciona a obtenção de resposta que materialmente seriam inacessíveis (LAKATOS; MARCONI, 1999).

Compreende-se, então, que o questionário é um conjunto de questões construídas para originar os dados necessários para se atingir os objetivos de determinado projeto de pesquisa.

É importante ressaltar que o questionário é apenas uma ferramenta de coleta de dados e não uma metodologia. Denotou-se, em consequência dos estudos realizados que a aplicabilidade do questionário assim como da entrevista semiestruturada nesta pesquisa eram de fundamental importância em consonância com a metodologia aqui aplicada.

A entrevista é definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado (HAGUETTE, 1997).

No que concerne à entrevista semiestruturada é relevante lembrar que esta é uma das formas de coletar dados e se insere em um paradigma conceitual maior que é a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Sendo assim, a entrevista é compreendida como um processo de interação social que ocorre face a

face entre o pesquisador, que possui um objetivo previamente estabelecido, e o entrevistado que detém a informação necessária para estudar o fenômeno em pauta.

Dessa forma, pelo fato de a entrevista ser um processo de interação social a natureza dos dados também é social e isso precisa ser elemento crucial para interpretação dos resultados. Neste sentido, um dos primeiros passos a ser considerado é a adequação dos roteiros como forma de o pesquisador se preparar e se organizar para melhor compreender o processo de coleta de informações. A entrevista semi-estruturada, na concepção de Triviños (1987, p.146) é:

[...] aquela que parte de certos conhecimentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta forma, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo de pesquisa.

Como podemos perceber na concepção de Triviños a entrevista semiestruturada proporciona ao entrevistador melhor entendimento e captação da perspectiva dos entrevistados uma vez que, as entrevistas livres onde os sujeitos falam livremente, geram um acúmulo de informações difíceis de analisar que, quase sempre, não oferecem resultados claros da perspectiva do entrevistado.

Na concepção de Minayo (2007), a entrevista semi-estruturada combina perguntas fechadas e abertas onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

Neste particular, o sentido atribuído pelo autor supracitado à entrevista semiestruturada pressupõe um roteiro formulado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Ao considerar um apoio claro na sequência das questões, a referida modalidade de entrevista torna a abordagem fácil e assegura, aos pesquisadores que seus objetivos sejam contemplados na conversa.

Assim sendo, compreendemos que a técnica de entrevista semi-estruturada foi a melhor forma de captar informações para esta pesquisa, pois proporcionou melhor compreensão da perspectiva dos entrevistados, ao contrário da entrevista sem estrutura que torna as informações mais difíceis de analisar sem uma visão clara das intencionalidades dos sujeitos da pesquisa.

## 2.5 Trajetória do objeto de pesquisa

A Descrição da trajetória da pesquisa possibilitou a elucidação das decisões e escolhas que ajudaram na constituição da delimitação ao objeto de estudo. Conforme Luna (2005), a cada decisão tomada pelo pesquisado, um novo leque de caminhos alternativos surge e ele deve estar sempre preparado e sensível às alterações que se impõem, mantendo um “equilíbrio metodológico” para que possa aproveitar tudo que os dados oferecem de importante ao problema.

Os grandes desafios na tarefa de pesquisar e tomar decisões estão atrelados à atenção e às inevitáveis mudanças que, muitas vezes, são necessárias e se fortalecem até mesmo das dificuldades do processo de construção da pesquisa. Assim, detalhar e expor minha trajetória percorrida no processo de pesquisa foi uma forma encontrada para organizar os dados e extrair deles os sentidos e a compreensão subjacentes às escolhas, aos acontecimentos e às mudanças necessárias.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o processo de formação profissional dos educandos do PROEJA e as contribuições desta formação para a inserção destes sujeitos no mundo do trabalho mediante a contratação pelo Programa Primeiro Emprego.

Partindo do pressuposto da investigação, lançamos mão de arcabouços teóricos como Lakatos e Marconi (1999), Minayo (2007), Triviños (1987) para melhor compreender e aplicar os instrumentos de pesquisa; Fiorentini e Lorenzato (2009) estudiosos da pesquisa qualitativa; Thiollent (2011) estudioso da pesquisa-ação; Lüdke e André (1986) e Haguette, (1997) que tanto têm contribuído para os estudos relacionados a pesquisa assim como outros autores que trouxeram diversas contribuições para a realização da pesquisa aqui apresentada.

Diante dessas bases teóricas que sustentam esta pesquisa esperamos contribuir com as discussões que envolvem os saberes pertinentes à formação dos educandos do PROEJA e a relação destes com o mundo trabalho. Assim, os instrumentos de pesquisa escolhidos para a coleta de dados mediante o arcabouço teórico dos autores já mencionados possibilitaram conhecer o processo de formação profissional dos sujeitos da pesquisa assim como suas expectativas e trajetórias de inserção no mundo do trabalho.

Logo, consideramos o PROEJA como um desafio no que tange ao ensino da Educação de Jovens e Adultos, pois um dos princípios fundamentados na concepção de trabalho e educação pressupõe uma formação integral para além da educação mercantilista. Desta forma, sob a ótica da integração, a escola pode proporcionar aos jovens e adultos uma formação além dos requisitos exigidos pelo mundo do trabalho, mas que esta formação se estenda para a vida do educando, para o exercício da cidadania e de seu crescimento e emancipação. Para isto, fundamentamos o nosso objeto de pesquisa em bases teóricas que sustentam a íntima relação entre educação e trabalho.

### **3 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Levando em consideração o processo de formação profissional dos educandos do PROEJA que coaduna com os aspectos políticos e sociais na perspectiva da formação integral observamos que a formação dos sujeitos em questão se contrasta com a história da Educação de Jovens e Adultos - EJA. A referida modalidade de ensino é marcada pela trajetória de programas de combate ao analfabetismo de pessoas a quem foram negadas as possibilidades de frequentar a escola, ainda na infância e na adolescência, embora este não tenha sido o objetivo principal.

Desse modo, esses sujeitos foram incentivados a ler e a escrever para que pudessem atender os interesses da classe dominante e em determinado momento da história, o direito de votar. Entretanto, o real incentivo à alfabetização veio permeado por exigências de ordem econômica, aliado aos elementos fundamentais da cultura letrada, mesmo assim o estímulo à profissionalização apareceu de forma tímida.

Apesar de a EJA ter surgido junto à educação elementar o direito de jovens e adultos brasileiros à escolarização efetivou-se, de fato, a partir dos anos de 1990, após ter ganhado espaço na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Percebe-se, assim que o direito de todos à educação em condições necessárias se deu a partir das referidas leis, porém, ainda se nota uma compreensão compensatória por parte do poder público e de alguns profissionais da educação.

As ideias acerca da necessidade de levar o ensino primário aos habitantes surgem muito cedo no Brasil, isto é, com a chegada dos primeiros jesuítas em 1549, embora fosse uma educação direcionada para catequização. Após a Independência, encontram-se expressões dessas ideias nas propostas das constituintes de 1823, na Constituição outorgada pelo Imperador, em 1824, e na Lei do Ensino, de 1827. (BEISIEGEL, 2010).

No sentido de entender esse processo alguns registros da história brasileira necessitam ser considerados, priorizando-se a sua atuação em relação ao processo de educação, uma vez que se torna imprescindível explicar aspectos das diferentes épocas para que se possa entender a atualidade.

A partir do ano de 1549 chegaram a solo brasileiro os primeiros Jesuítas, junto com o Governador Geral Tomé de Souza, o objetivo era catequizar os índios e descendentes de colonos. Levando-se em consideração o ensino designado às crianças, os Jesuítas procuravam também contemplar seus pais, além disso, também tentavam a catequese direta dos índios adultos, e ainda, a alfabetização e transmissão do idioma português que serviam como aparelho de refinamento e aculturação dos nativos.

Destarte, na sociedade colonial dos dois primeiros séculos e meio, duramente separada em duas categorias sociais - a dos senhores e a dos escravos - toda a educação brasileira foi densamente assinalada pelos Jesuítas e também pelo espírito da contra-reforma religiosa. A metodologia dos Jesuítas transmitia uma civilização de caráter literário, pois em seu conteúdo programático imperavam o latim, a gramática e a retórica.

Nesta perspectiva, em seus primórdios, o processo de alfabetização excluía não somente o índio, mas os escravos e mulheres, provocando um grande número de pessoas desprovidas da alfabetização. Entretanto, era necessário manter a instrução superior destinada à elite com o objetivo de conservar as relações sociais, o modo de produção e o analfabetismo. No que concernia aos adultos, o conteúdo da instrução se restringia à agricultura e à catequese, envolvendo raramente a leitura e a escrita. Dava-se pouca relevância a alfabetização desses sujeitos já mencionados.

O sucesso dos ideais de democracia que, também caracterizam a educação de jovens e adultos, se estrutura com a finalidade de se realçar a necessidade da educação popular. No Brasil, a discussão do problema da educação de adultos começou a se expandir no início dos anos 40 e se referia à educação das massas em seu sentido amplo. Diante disso, refletindo tal discussão e influenciando no sentido de torná-la ainda mais abrangente, o Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP adotou a urgência de um programa vasto de educação especialmente dedicado aos jovens e adultos, isso representou avanços no processo de democratização da educação naquele período.

Esta redemocratização em 1943, no governo de Getúlio Vargas, também chamado de Estado Novo, a vigência do FNEP possibilitou a abertura de espaços para a Educação de Adultos, apesar do fechamento político da época. O recurso desse fundo também dava cobertura ao Ensino Supletivo de Adolescentes e

Adultos. Posteriormente, iniciou-se um movimento em torno da problemática da educação de adultos. Assim, os grupos políticos denominados de esquerdas instituíram atividades educativas por meio dos chamados “Comitês Democráticos” pertencentes ao Partido Comunista recentemente legalizado.

Dentro desse contexto nascem as Universidades Populares e os Centros de Cultura Popular. Esta mobilização abrange também setores interessados em problemas educacionais sem filiação político-partidária e mesmo as instituições oficiais nos estados começaram a se mobilizar objetivando expandir as oportunidades de educação para os adultos e de ajustar suas atividades em benefício da propagação cultural.

No ano de 1945, com o término do Estado Novo, o Partido Comunista perante a confiança de que a efetivação democrática do país passava pela “erradicação” do analfabetismo e pela ascensão cultural do povo, promove cursos de alfabetização para adultos e crianças, além de cursos técnicos de caráter popular. Estes grupos, posteriormente, transformaram-se em Associações de Bairros, que discutiam melhor qualidade de vida, entre elas a alfabetização de jovens e adultos socialmente marginalizados.

Neste período a alfabetização de adultos passou a ser compreendida como um mecanismo instrumental para o crescimento do eleitorado, uma vez que somente na Constituição de 1988 o analfabeto passou a ter direito de optar de forma democrática pelos governantes através do voto.

Embora o movimento a favor da educação dos adultos tenha realmente sido ativado a partir do ano de 1962, destaca-se em todo período, de 1958 a 1964, algumas peculiaridades que se conservarão estáveis, sobretudo a que diz respeito à discriminação contra o analfabeto. Partindo desse pressuposto, Ferreira (2000, p.17) assevera que:

[...] por mais bem-sucedidas que sejam as campanhas de alfabetização de adultos, não há garantias de se alcançar porcentagens de alfabetização altas e duráveis enquanto a escola primária não cumprir eficazmente sua tarefa alfabetizadora. Na medida em que a escola primária continuar expulsando grupos consideráveis de crianças que não conseguem alfabetizar, continuará reproduzindo o analfabetismo dos adultos.

Torna-se imprescindível a alfabetização das crianças de forma efetiva para que não tenhamos no futuro, jovens e adultos analfabetos.

Diante disso, nota-se a urgência de se considerar a relevância do método de educação criado por Paulo Freire, pois a difusão de suas ideias e paradigmas serão imprescindíveis para a formação de uma nova imagem do analfabeto, como sujeito humano, capaz e produtivo. Assim, Freire (2011, p. 33) afirma que:

O conhecimento de si mesmo, como oprimido, se encontra, contudo, prejudicado pela 'imersão' que se acha na realidade opressora. Reconhecer-se a este nível contrário ao outro, não significa ainda lutar para superação da contradição. Daí esta quase aberração: um dos pólos da contradição pretendendo, não a libertação, mas a identificação do seu contrário.

Conforme o autor, observou-se na prática que realmente não há nenhum sujeito plenamente educado, acabado, pronto, terminado, apto a atuar sobre os outros, há apenas suas diferentes fases que compreendem a maturidade, e que, por tanto necessitam sempre continuar aprendendo. Nesse sentido, a educação tem como principal finalidade formar sujeitos atuantes em busca de uma consciência libertadora, transformando a realidade pela ação diferenciada.

O paradigma pedagógico da educação popular, pautado na articulação com a educação em direitos humanos, com a crítica e com o diálogo, que se estruturou durante o período dos movimentos pela efetivação da educação de jovens e adultos surgiu uma nova concepção da relação entre a problemática da educação, que não conseguia atender a toda a parcela da sociedade, a exemplo dos sujeitos da EJA e a problemática social, uma vez que os educandos da referida modalidade de ensino constituíam a parte mais vulnerável da sociedade.

Anteriormente registrado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser compreendido como efeito da situação de pobreza determinada por uma estrutura social heterogênea. Diante disso tornou-se preciso, portanto, que o processo educativo interviesse na estrutura social que determinava o analfabetismo.

Não é difícil notar que a alfabetização de jovens e adultos necessitaria partir sempre de uma análise crítica da realidade existencial dos educandos, da semelhança das origens de seus problemas e das possibilidades de superação destes.

A década de 1930 foi marcada pela formação estrutural do Brasil urbano-industrial que se sobrepôs às elites rurais e originou uma nova configuração do capitalismo no país. Esse processo provocou significativas mudanças no que

concerne às exigências da formação para o mundo do trabalho. Desse modo, a atual concepção de mundo aliada às novas características da acumulação do capital educação para todos, porém, sem perder o controle ideológico e exploratório exercido sobre a classe trabalhadora.

A partir da referida década, a educação básica para jovens e adultos começou a ocupar lugar na história da educação do Brasil. Nessa época começou a consolidação de um sistema público de educação no país. Com base nos princípios da política econômica e social dessa época assinalada pelo sistema capitalista, algumas alianças que compreendiam a burguesia industrial evidenciavam empenho na elaboração de propostas de educação popular a fim de conseguir mão-de-obra qualificada, desde que a educação não representasse empecilho contra os seus objetivos.

Para Ghiraldelli (1994), os anos de 1930 tornou-se um marco para o início da popularização da educação pública e democrática no país frente às alterações políticas, econômicas e sociais que aconteceram e entusiasmaram tanto a política quanto o aparecimento de campanhas, movimentos e instituições destinadas para as questões educacionais. O referido ano, que consolidou a revolução da educação, representou uma nova perspectiva para a educação, pois foi nesse momento que se estruturaram as reivindicações que vinham ocorrendo há algum tempo no Brasil como o acesso à educação pelos sujeitos que viviam à margem da sociedade e distantes da educação escolar.

As camadas populares eram prematuramente privadas de terem acesso e permanecerem na rede de ensino formal. Isso se estabelecia por diversos fatores, em especial, devido à precária condição econômica dos alunos. A escola, por vezes, era mal equipada, utilizava material didático não específico para as diversas faixas etárias, além de não dispor de profissionais preparados. (FREITAG, 2005).

Diante disso, a expansão do ensino público para todas as pessoas tornou-se irreal a partir da neutralidade do discurso das ações no que se referia à educação para todos. Entretanto, os estudantes menos favorecidos economicamente que ingressaram na escola acabavam por abandonar a instituição na proporção que se aumentava o nível de escolarização.

Em 1929, ano que antecedeu as transformações educacionais no país, houve uma crise econômica no mundo que abalou o modo de produção e também as exportações do café, da cana-de-açúcar, do cacau e da borracha produzidos no

Brasil. O café, principal produto de exportação, deixa de ser comprado pelo mercado consumidor de outros países. Nesse momento de crise, a economia brasileira restringiu-se a importação de produtos industrializados para ser consumido pela sociedade brasileira. O esforço para o crescimento das indústrias definiu-se no período compreendido entre 1930 a 1945.

Entre os anos de 1932 a 1933 são elaborados projetos destinados a Educação de Adultos como a Cruzada Nacional da Educação em 1932 e a Bandeira Populista de Alfabetização de anunciado em 1933, tais projetos consideravam o analfabetismo como principal dificuldade para o desenvolvimento do país e a causa de muitos problemas. Consoante Paiva (1987, p. 268) “[...] a Cruzada definia-se como um programa que, compreendendo o desnível industrialização-habitação, havia sido planejado com a finalidade de ajudar o homem analfabeto nordestino a acompanhar o desenvolvimento da região.” A Cruzada foi muito censurada pelos profissionais da área de educação e acabou fortalecendo o preconceito contra o analfabetismo, amparado na confiança da educação salvadora e do analfabetismo incapaz.

No período de 1937 a 1945, época da instauração do Estado Novo, foram traçadas inúmeras respostas às demandas educacionais decretadas pela Reforma Capanema, esta instituída por meio das denominadas Leis Orgânicas que envolveram os ensinos secundário, industrial, comercial, agrícola, normal e primário. Nesta perspectiva, configurava-se uma política de educação dualista, que retrocedia a trajetória escolar dos trabalhadores e de seus filhos às primeiras letras, atendendo de forma precária às crescentes demandas de inserção no sistema educacional, complementada por um ensino profissionalizante paralelo e controlado pelo empresariado.

Assim, com a ascensão do capitalismo industrial no Brasil a partir do fim do Estado Novo as exigências educacionais passaram a ter novos objetivos, dentre tantos, aumentar o contingente eleitoral e preparar mão de obra para o mercado industrial em crescimento. Neste sentido, os governantes, viram-se obrigados a pensar na criação de políticas de educação que atendessem aos adultos analfabetos.

Assim, para esta parcela de excluídos do sistema de educação, destinaram-se diversas campanhas de alfabetização em massa ocorridas entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1960. Entretanto, observa-se um vasto percurso da falta de

políticas públicas e de ações fracassadas na tentativa de promover a escolarização da população. O acesso, ingresso, permanência e conclusão dos estudos a esse grande contingente de excluídos do nosso país precisam ser levados a sério sendo a limitação de financiamentos destinados a EJA um problema a ser resolvido (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Diante disso, compreendemos que os sujeitos da EJA, passam cotidianamente por situações constrangedoras, em especial, a rejeição praticada pelo mercado de trabalho, e os desafios dos mecanismos cognitivos e sociais desenvolvidos num contexto de negação das condições de pessoa humana.

No ano de 1947 ocorreu a primeira iniciativa pública com o intuito de atender o segmento de adultos e adolescentes através da primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. A iniciativa partiu do Ministério da Educação e Saúde sob coordenação de Lourenço Filho. A Campanha vislumbrava a educação como processo capaz de proporcionar aos indivíduos, mecanismos preponderantes para domínio da cultura de seu tempo.

Sobre a CEAA, Paiva (1987, p. 179) assevera que: “Seu fundamento político, ligado à ampliação das bases eleitorais, se acompanhava das ideias de “integração” como justificação social e de “incremento da produção” como justificação econômica. Notamos que a campanha refletia a necessidade de um preparo emergencial do modo de produção capitalista aliado ao discurso do progresso econômico, tecnológico e também eleitoral.

O referido período foi marcado, não só por campanhas, mas também por congressos e seminários, que discutiam veementemente a Alfabetização de Jovens e Adultos no país. As Campanhas representavam uma tentativa de difundir a conjuntura cultural, social e econômica do Brasil diante dos argumentos que questionavam se mais da metade da população ativa estava carente dos mais simples instrumentos da cultura, era preciso retificar esta situação para que pudesse representar ascensão na vida cívica e econômica do país. “Alfabetizado, o indivíduo vê aumentadas as possibilidades concretas de uma participação efetiva na construção da realidade histórica, pois se apossa de instrumentos que o capacitam a compreender e expressar sua relação com o mundo”. (RODRIGUES, 2003, p. 98).

Nesse sentido, estava se configurando um meio de ofertar oportunidade aos analfabetos de saírem da condição de indivíduos marginalizados socialmente. Tratava-se de uma atitude significativa proferida pela sociedade alfabetizada que,

valorizando a importância da educação e envergonhando-se dos números que contabilizavam o analfabetismo objetivava sair da condição de marginalização que atingia a sociedade da época.

As conclusões que surgiram em consequência dos movimentos em prol da educação de adultos transformaram-se na proposta de concretização de uma Lei Orgânica de Educação para Adultos, contemplando não somente o ensino supletivo, mas também os cursos de continuação e aperfeiçoamento, colocando a criação de Centros Universitários Populares ou Universidades Privadas como ideais a serem atingidos.

Contudo, as experiências educacionais notificadas ao Congresso, realizado entre as décadas de 1940 e 1960, pelos grupos empenhados com ideais socialistas e principais agentes da mobilização voltada para a criação de Universidades Populares não chegaram sequer a ser transcritas, como as demais, nos Anais do evento, representando assim uma utopia.

Todo o trabalho desse movimento teve como principal finalidade a condução da comunidade para participar da Alfabetização de Adultos como ocupação cívica, sendo aberto o voluntariado, cujo desejo era manter e promover o interesse pela educação popular e a criação de propostas que resolvesse o problema.

As diversas iniciativas visavam proporcionar aos brasileiros analfabetos das cidades e do campo o desenvolvimento social e econômico através de um processo educativo capaz de promover a melhoria nas condições de vida da população. O Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde publicou diversos materiais, como livros e cartilhas, destinados aos estados. As referidas publicações datadas do final dos anos de 1940 até a década de 1950 possuem sentidos que orientaram a organização da campanha e revelaram que o analfabeto era visto de forma preconceituosa atribuindo a este a responsabilidade pela causa da ignorância, da pobreza, da falta de higiene e da baixa produtividade para sua sobrevivência. Entretanto, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, em seu sentido político, conforme confirma Paiva (1987, p. 182).

[...] se orientava a partir das ideias de funcionamento da democracia liberal (e alguma vezes de combate a ideologias contrárias) e de ampliação das bases eleitorais do país. Ela seria o instrumento para que a população, através do voto, participasse da vida política do país dentro dos princípios da democracia liberal.

Diante do que expõe a autora, o fundamento político da Campanha contribuiu para que muitos eleitores tomassem a decisão contrária dos que detinham o controle dos “currais eleitorais”, enfraquecendo algumas oligarquias tradicionais, mesmo em um período em que ainda não havia preocupação em disponibilizar profissional com formação adequada para atuar na alfabetização dos adolescentes e adultos.

Acreditava-se que o ensino de adolescentes e adultos não necessitava de profissionais qualificados, pois ensinar a este grupo de pessoas era mais fácil e rápido e qualquer pessoa podia desempenhar essa função. Assim, não teria necessidade de formar e qualificar os profissionais da educação e conseqüentemente dispensava uma remuneração condizente com um professor preparado.

Considerando o grande número de analfabetos, no país, nos anos de 1950 a UNESCO iniciou um movimento de estímulo para a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos que contemplassem as regiões menos desenvolvidas em seu contexto socioeconômico. Desse modo, em 1952 foi realizado o Primeiro Congresso de Educação de Adultos. Após este evento foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER - destinada à região Nordeste.

Os primeiros anos da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA – foram de êxito em seus propósitos, porém depois disso ocorreu um momento de decadência, pois os resultados agora já não eram satisfatórios. Diante disso, o Ministério da Educação convocou, em 1958, mais um Congresso Nacional de Educação de Adultos. Alguns itens foram apontados como os responsáveis pelo declínio da campanha, dentre eles as precárias condições de funcionamento, a pouca frequência dos estudantes, a má remuneração docente e a inadequação do do material didático aos educandos.

Desse modo, professores e estudiosos que se fizeram presentes no Segundo Congresso não economizaram críticas à campanha. Alguns assuntos abordados se traduzem na falta de estrutura dos prédios escolares, nos métodos de ensino inadequados e na ausência de formação do professor de adultos. Dentre os pensadores Paulo Freire esteve à frente da delegação de Pernambuco, foi além dessas críticas e sinalizou a necessidade de uma comunicação maior entre professor e aluno e melhor direcionamento dos conteúdos e metodologias de ensino que contemplassem as características socioculturais das classes populares. Apesar

de ter possibilitado uma ampla discussão acerca da Educação de Adultos a campanha pouco contribuiu para valorização do magistério, na medida em que não avançou no que se refere à remuneração e a formação dos professores.

O início dos anos 1960 foi marcado por uma mobilização sustentada pela sociedade civil em favor das reformas de base. Neste contexto, o Brasil passava por relevantes transformações sociais, políticas e econômicas.

No ano de 1961, surgiu o Movimento de Educação de Base – MEB. Criado pela igreja católica e liderado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. O referido movimento articulou-se em torno dos jovens trabalhadores e da Juventude Universitária Católica, as ações se deram por meio da experiência de educação radiofônica, executadas pelo episcopado da região Nordeste. Ainda nesse mesmo ano teve início em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, protagonizada pela Secretaria de Educação daquele estado. Os pressupostos da Campanha tinham como intenções a urgente extensão das oportunidades educacionais para as pessoas que, até então, estavam distantes da escola.

A ausência de financiamentos e institucionais que se dispusessem a implantar um programa com essa proporção impulsionou a construção de acampamentos escolares abertos, onde acontecia a alfabetização de crianças e adultos das classes populares. O local também contava com bibliotecas e centros de formação de professores, espaço para apresentações culturais e esportivas.

Nesse contexto, Paulo Freire ganhava destaque através de suas notáveis experiências de alfabetização de adultos caracterizadas pela busca e valorização de conteúdos da educação do povo nas condições reais de existência do homem comum (BEISIEGEL, 2010).

Desse modo, produziu-se uma nova estrutura conceitual e uma nova postura epistemológica para os processos de alfabetização e educação popular. Em decorrência da notoriedade do trabalho e das ideias frente à educação, no Nordeste e também no Ministério da Educação, no ano de 1960, após a tomada do poder pelos militares em 1964 e das sucessivas repressões da ditadura, Paulo Freire sentiu-se obrigado a exilar-se juntamente com sua família passando primeiramente pela Bolívia, Chile, Estados Unidos (Harvard), Suíça e posteriormente chegando à Guiné Bissau, na África, retornando ao Brasil no ano de 1980. No exílio, Paulo Freire

sistematizou sua proposta junto à Educação, em especial à de Educação de Adultos, a partir das experiências que viveu no Brasil e nos países por onde passou.

A conjuntura da época, no Brasil, contribuiu para a modificação do aspecto das iniciativas públicas no que concerne à educação de adultos. A Campanha Nacional de Educação de Adultos foi encerrada em 1963 pelo Ministério da Educação. Os diversos movimentos e iniciativas que surgiram após a campanha que tinham como objetivo ações de transformação social foram interrompidos em 1964 após a instauração do Golpe Militar e o país adentrou numa fase capitalista monopolizada pelo Estado que, concomitantemente atuou sob os princípios de uma política econômica modernizadora, mantendo e aprofundando as diferenças regionais e as desigualdades no que concerne à distribuição de renda.

Para Haddad e Di Pierro (2000), o golpe militar produziu uma ruptura política, os movimentos de educação e cultura popular foram reprimidos e seus dirigentes censurados. Durante o regime militar foram criados alguns programas para a EJA. Dentre estes o governo criou a Cruzada Ação Básica Cristã - Cruzada ABC. A Cruzada contou com financiamento norte americano consoante acordos MECUSAID assentado em bases ideológicas da segurança nacional com objetivos de integrar a subordinação ao capital internacional. A ação pedagógica não obteve êxito e limitou-se, no entanto, à doação de alimentos para não diminuir a frequência escolar.

Em 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que envolvia cursos de alfabetização além da educação continuada de jovens e adultos. No entanto, a este movimento, competia promover a Educação de Jovens e Adultos analfabetos, responsabilizando-se financeiramente por um terço do seu custo, cooperando com os movimentos isolados da iniciativa privada, além da orientação técnica de cursos que duravam nove meses para analfabetos da faixa etária de quinze e trinta anos, com preferência aos municípios com maiores probabilidades de desenvolvimento socioeconômico.

O MOBRAL permaneceu em atividade por quinze anos. Na tentativa de distanciar-se dos resultados da Cruzada ABC, as iniciativas do movimento centralizaram-se como órgão de concepção e de execução, restringindo o processo de alfabetização apenas à capacidade de aprender a ler e a escrever, em muitas situações, somente o próprio nome.

Assim, somente em 1985, no início da abertura política do Brasil, o Mobral foi extinto e criada a Fundação Educar que, em diversos sentidos, assegurou a

continuidade do Mobral. Entretanto, algumas mudanças devem ser consideradas, dentre elas a sua subordinação ao MEC e a transformação em órgão de promoção e apoio técnico.

Ainda na gestão do governo militar, para o ensino supletivo, foi criado um estatuto próprio, entretanto sua unidade com o ensino regular não obteve êxito. A fragilidade do ensino supletivo ocasionou, na EJA, altos índices de evasão, o processo de condução da aprendizagem reduzia-se às ações instrucionais contidas nos módulos sem que fosse contemplado um espaço de socialização do cotidiano escolar.

A Constituição de 1988 demarcou avanço do ponto de vista normativo ao ampliar o dever do Estado para todos aqueles que não têm escolaridade básica, independente da idade. Assim, destinou 50% dos recursos de impostos vinculados ao ensino para combater o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental (HADDAD, 2006).

Em 1993 foi lançado pelo MEC o Plano Decenal de Educação que tinha como finalidade garantir até o ano 2003, às crianças, jovens e adultos, conteúdos estratégicos de aprendizagem que contemplassem a necessidade da vida moderna, garantindo a atualidade do ensino básico no país. Esse plano originou-se das inúmeras conferências internacionais nas quais o Brasil assumiu a responsabilidade de garantir a toda população o direito à educação em suas distintas modalidades.

No ano de 1994 foi lançado, no Brasil, o Programa Comunidade Solidária de autoria de Ruth Cardoso, esposa do atual Presidente da República, naquela época, Fernando Henrique Cardoso. O programa partiu do princípio da junção de esforços entre governo e sociedade civil.

Dentro dessa perspectiva, as iniciativas públicas e privadas seriam capazes de gerar recursos humanos, técnicos e financeiros para agir no combate à pobreza e à exclusão social no Brasil, para isso seria imprescindível a alfabetização de jovens e adultos. O Programa possuía inúmeras vertentes e uma delas era o Programa Alfabetização Solidária, implantado em janeiro de 1997, como resultado de uma parceria entre a Comunidade Solidária, Ministério da Educação, Universidades, Prefeituras e representantes da iniciativa privada e tinha como principal público jovens e adultos que não sabiam ler nem escrever.

Caracterizado pela defesa e expansão das reformas neoliberais, iniciou-se uma sequência de ações na esfera educacional que confirmava a mínima participação do poder público no campo da Educação de Jovens e Adultos e atribuía à iniciativa privada e entidades filantrópicas a responsabilidade por seu atendimento. Diante disso, o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1998, criou a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos - CNEJA e através do Programa Alfabetização Solidária remeteu a EJA à esfera da filantropia, distanciando o poder público da responsabilidade pelo enfrentamento do analfabetismo.

Faz-nos necessário, agora, retornarmos ao ano de 1949 quando foi realizada, em Elsinore, na Dinamarca a primeira Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos - CONFINTEA. A referida conferência demarcou um importante espaço de discussão das políticas públicas e ações pedagógicas destinadas à EJA. A partir de então, diversas conferências foram realizadas com o objetivo de debater as políticas implementadas para a escolarização de pessoas jovens e adultas.

O movimento CONFINTEA abriu espaço para o surgimento de Fóruns e eventos que alimentaram e contribuíram para a realização da VI CONFINTEA em 2009 no Brasil. Foi a primeira vez que um país do hemisfério sul sediou o evento. Desse modo, o evento citado representa um relevante momento de articulação política em defesa do direito, da consolidação e do fortalecimento acerca da necessária política nacional da EJA.

Consoante as atuais políticas públicas para a EJA, nota-se que essa modalidade vem adquirindo uma nova identidade caracterizada pela formação profissional. O exemplo disso é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, que conforme as diretrizes curriculares programa (2012), pretendem proporcionar ao estudante, mediante os fundamentos científico-tecnológico, históricos, culturais e sociais, conhecimentos, saberes e competências profissionais que são indispensáveis para o exercício da cidadania.

Nas referidas diretrizes, evidencia-se, também, a relevância da relação e articulação da educação básica com a profissional e o exercício das profissões técnicas, além da interdisciplinaridade e contextualização no currículo e na prática pedagógica.

#### **4 O PROEJA E O MUNDO DO TRABALHO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO PROCESSO EDUCATIVO**

A escola deve ser o lugar de provocar inquietações no educando e cada vez mais estreitar a relação deste com o conhecimento. No que concerne ao PROEJA, cabe à escola efetivar o cumprimento das exigências legais regulamentadas pela Constituição Federal no que concerne a educação como direito de todos, de forma inclusiva, ética e integral.

No estado da Bahia, o PROEJA chega em 2006 e passa a integrar duas modalidades de ensino ao nível médio, ou seja, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

O PROEJA chega à Bahia com o objetivo de ampliar o acesso à Educação Profissional e, concomitantemente, atender um grande número de baianos que não haviam concluído a Educação Básica. As primeiras turmas do PROEJA, iniciaram suas aulas em 2006.2, no CEFET-BA, posteriormente denominado IFBA. O início das turmas, no segundo semestre, se deu entre outros motivos, pela necessidade de da organização de um novo processo seletivo para o ingresso dos sujeitos da EJA, que pouco conheciam sobre os cursos de formação profissional.

Nesse sentido, os processos de seleção simplificada serviram também para divulgar os cursos do PROEJA uma vez que, nas cidades ofertantes o próprio CEFET-BA ainda mantinha debates com a comunidade enquanto Instituição de Ensino e necessitava esclarecer o que era o PROEJA. Assim, servidores, voluntariamente, se engajaram em propagar o PROEJA visitando escolas do ensino fundamental, associações e demais locais com possíveis candidatos para estes cursos.

A rede estadual de educação da Bahia, por meio do Decreto nº 11.355/2008, institui os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do sistema público estadual de ensino, a partir de então, o PROEJA chega à rede estadual de ensino e integra a educação profissional à educação de jovens e adultos.

Desse modo, a educação pública da Bahia assume o desafio de resgatar uma parcela significativa de jovens e adultos, que necessita encontrar na escola as condições de aprendizagem, um novo significado para sua escolarização e,

especialmente, uma formação que não se limite à demanda profissional de mercado, mas que oportunize a formação do homem livre, consciente do seu papel na sociedade, de seus direitos e de sua cidadania.

No âmbito nacional, o PROEJA tem origem em um contexto complexo e paradoxal em torno de projetos educacionais que objetivam a afirmação de processos formativos emancipatórios em contraposição com a manutenção de uma educação aliada à dinâmica do mundo do trabalho (MACHADO, 2010). Diante disso, o PROEJA surge do movimento dos embates que serviram de sustentáculo para a revogação do Decreto nº 2.208/97 em favorecimento ao Decreto nº 5.154/2004.

O novo Decreto promulgado em um cenário de tensões entre uma conjuntura política que vislumbrava o avanço e a manutenção dos direitos sociais que se opunham às ideias dos que defendiam a permanência de um estado de perpetuação de privilégios e desigualdades (FRIGOTTO, 2004). A partir de então nascia o retorno da possibilidade de integração do ensino médio à educação profissional técnica, a partir de uma proposta curricular única que, de forma integrada, assegura o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício das profissões técnicas (BRASIL, 2004).

A partir das configurações legais estabelecidas em 2004, o PROEJA estabelece propostas de integração da educação básica à educação profissional levando em consideração as especificidades da EJA. Nota-se assim, o desafio de retomar a significação da base epistemológica e pedagógica dos saberes aliados ao currículo do PROEJA, considerando a complexidade que perpassa pela educação profissional mediante os itinerários acadêmicos e políticos inerentes à Educação de Jovens e Adultos tendo em vista a formação de homens e mulheres que buscam na escola a aprimoramento e autenticação de seus saberes para a formação política, social e conseqüentemente para o mundo do trabalho.

Percebe-se assim a necessidade de promover a formação técnica integrada ao ensino médio em comunhão com a emergência de uma educação não para adequar o trabalhador às exigências do mercado de forma passiva e subordinada, mas que seja capaz de uma formação humana pautada nos princípios de um “[...] processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível (BRASIL, 2007, p. 36)”.

Sendo assim, notamos a necessidade e importância de uma formação autônoma e libertadora sem deixar contemplar a compreensão dos fundamentos

científicos, tecnológicos, social e históricos. Esta perspectiva é evidenciada no Documento Base do PROEJA quando expressa que:

O que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2007, p. 13)

Mediante essa colocação o que se evidencia como necessidade é a concepção de uma formação com sustentação em opções políticas, objetivando garantias de direitos aos jovens e adultos aos quais foi atribuída uma educação com base na compensação aligeirada, tecnicista e assistencialista. Assim, torna-se relevante trazer à tona a concepção do trabalho como princípio educativo o que implica, na visão de Gramsci (1991), em valorizar o trabalho em sua dimensão ontológica e histórica, de forma a sinalizar para uma proposta da educação comprometida com a formação humana dos sujeitos.

Ao considerar a concepção de trabalho como princípio educativo para a formação dos educandos do PROEJA significa que os distintos campos de conhecimentos que o constituem sejam adequados na totalidade e explorados no tocante aos princípios da cidadania e do trabalho.

Na argumentação de Ciavatta (2009, p. 19), “O trabalho sempre foi uma atividade separada da atividade da escola - o primeiro, próprio do mundo do fazer e da servidão; a segunda, próprio do mundo do saber”. Assim, trabalho e escola sempre foram dois universos antagônicos e tradicionais na sociedade ocidental. Não deve, portanto, relegar ao segundo plano a discussão do mundo do trabalho na educação de jovens e adultos. É imprescindível trazer para o cenário formativo o debate para o reconhecimento da importância da formação integral dos jovens e adultos trabalhadores.

Apesar da notoriedade da necessidade da formação integral dos educandos da EJA, observa-se que ainda hoje o ensino desta modalidade abriga um tradicionalismo metodológico e curricular distante da vida profissional destes sujeitos. Assim, estando os conteúdos dissociados do mundo do trabalho não fará sentido para os estudantes, uma vez que estes buscam na escola a formação para o

mundo do trabalho. Diante disso, Charlot (2013) relata que essa lógica tomou forma a partir de 1950 nas sociedades contemporâneas, e cita o exemplo da Alemanha que valorizou a qualificação do trabalhador por meio da formação profissional e técnica, priorizando, assim, a questão do desenvolvimento e transformação da relação entre o trabalho e a educação. Charlot, (2013, p. 85) assevera ainda que:

De forma mais geral, nesse modelo de sociedade, de escola e de articulação entre trabalho e educação, mudou profundamente a relação com o saber e com a escola: no mundo inteiro se tornou “evidente”, nas representações dos alunos, dos seus pais, dos jornalistas, dos políticos, etc., que se vai à escola para “ter um bom emprego mais tarde”.

Diante do exposto acima pelo autor percebemos a importância dada à escola no tocante a ascensão social e profissional do educando. Esta perspectiva nos faz refletir a respeito na necessidade de propostas de aprendizagem que despertem no aluno o interesse pelos saberes escolares capazes de possibilitar as condições de liberdade e emancipação e acesso aos direitos sociais.

Não será útil para a vida do aluno, que já se encontra defasado em relação à idade série, frequentar a escola e se deparar com conteúdos e metodologias desconectadas de seu cotidiano pessoal e das atuais perspectivas da formação profissional. A formação dos sujeitos da EJA deve ter como base significados e sentidos que deverão compor os anseios dos sujeitos da aprendizagem que se traduzem na formação integral do educando mediante a preparação, sobretudo, para o mundo do trabalho.

No que concerne às instituições que ofertam a EJA, cabe a tarefa de promover uma educação que tenha como ponto de partida a realidade dos estudantes, sujeitos de uma sociedade que a todo tempo se transforma e requer destes, novas formas de convivência social atrelada à qualificação. Por isso, é importante que cada instituição de ensino conheça sua própria realidade, assim como a de seus estudantes para que possa construir projetos e intervenções metodológicas capazes de subsidiar os estudantes diante de suas necessidades em relação ao mundo do trabalho.

Sendo assim, perante a necessidade e importância do investimento na formação do cidadão trabalhador, é importante considerar, também, que a concepção de homem, a articulação entre o mundo do trabalho e a formação

educacional são requisitos fundamentais para a compreensão da formação e constituição do capital humano. Diante desse pensamento, Frigotto (2006, p. 41) critica o conceito de capital humano numa perspectiva não apenas econômica, mas também social.

O conceito de capital humano – ou, mais extensivamente, de recursos humanos – busca traduzir o montante de investimentos que uma nação ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento para a superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social.

O autor acima mencionado faz uma análise crítica da teoria do capital humano que atribui a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do indivíduo, retirando todo o peso do modelo social capitalista.

Diante desse contexto, o aumento da escolaridade e a formação profissional surgem como possibilidade de ascensão social e econômica dos trabalhadores e conseqüentemente resulta na empregabilidade. Nessa perspectiva criticada por Frigotto (2006) a escola deve repensar a educação como um elo de formação da cultura geral e de construção do conhecimento como possibilidade de informação e aprimoramento profissional.

Já na concepção de Arroyo (2007), é necessário que a escola, através do ensino, proponha uma aprendizagem voltada para conscientização e amadurecimento político. Para que isso ocorra, é crucial que a educação contemporânea esteja atenta para um ensino que valorize a participação social e incentive cada indivíduo a adquirir esclarecimentos para lidar com sua própria liberdade e autonomia para que possa exercer sua cidadania.

O PROEJA vislumbra uma educação onde haja ações que possam contribuir para a superação dos desafios enfrentados pela EJA. A formação da referida modalidade de ensino deve valorizar a aprendizagem e o espírito de solidariedade além dos saberes empíricos dos estudantes. Neste sentido, Arroyo (2007, p.25) afirma que:

A EJA como espaço formador terá de se configurar reconhecendo que esses jovens e adultos vêm de múltiplos espaços deformadores e formadores onde participam. Ocupam espaços de lazer, de trabalho, cultura, sociabilidade, fazem parte de movimentos de luta pela terra, pelo teto e pelo trabalho, pela cultura e pela dignidade.

A EJA é uma modalidade de educação que faz significativa diferença na vida pessoal do educando, pois discute e constrói valores éticos de cidadania, como respeito, dignidade e trabalho, exemplos essenciais para a valorização e construção da identidade de sociedades mais igualitárias, despertando um posicionamento crítico e reflexivo nos sujeitos em formação, o que os faz melhor compreender a realidade que os cerca e maior valorização no âmbito social e familiar.

Na proposta pedagógica e na prática, percebemos que dentro da modalidade EJA, o PROEJA cumpre, além da formação profissional a função da formação humana mediante a grande amplitude de promover e fortalecer saberes, oportunizando o acesso ao universo de conhecimentos científicos e tecnológicos produzindo uma estreita relação entre o sujeito e o meio, na perspectiva da formação integral que possibilita ao educando compreender o mundo ao seu redor, assim como sua própria compreensão para atuação na perspectiva de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A formação no PROEJA contempla, ainda, a formação para a vida e não somente a qualificação para o mundo do trabalho e assim contribui para que o educando deseje outras perspectivas de atuação e de qualificação profissional capazes de possibilitar ao educando orgulho e satisfação.

O processo formativo do PROEJA pressupõe a concepção de trabalho como princípio educativo perpassando pela necessidade de uma metodologia que permita analisar, por meio dos processos sociais e produtivos, as propostas e projetos de formação, para a construção de um conhecimento amplo, que garanta a formação para a superação dos desafios enfrentados no mundo do trabalho e em todos os espaços de convivência.

As transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho e as novas demandas de educação profissional, originadas por uma nova concepção de homem, têm como reivindicação as habilidades cognitivas complexas. Segundo Vygotsky (1981) as funções mentais não se localizam em zonas isoladas do cérebro e podem, muitas vezes, habitar locais diferentes e distantes uns dos outros. Isso explicaria o caráter sistêmico, interdependente e ontogênico dos processos mentais.

O referido autor considera ainda que os processos cognitivos realizam-se por meio de caminhos interativos, nos quais os sujeitos que partilham desses contextos não são objetos, mas planejadores e agentes de seu desenvolvimento. Nessa concepção, a boa aprendizagem, a que possui sentido interno e profundo, é a aprendizagem partilhada, que leva em conta o social, o cultural, o histórico, o econômico, cuja internalização compreende a reconstrução da vida externa e nela se configuram as demandas da sociedade, sobretudo do mundo do trabalho.

As atuais demandas do mundo do trabalho exigem do trabalhador habilidades cognitivas para a resolução imediata de problemas, assim emerge uma nova relação entre conhecimento entendido como produto e como processo da atividade humana, o que requer por parte dos trabalhadores maior conhecimento teórico e prático. Cabe, portanto às instituições ofertantes do PROEJA possibilitarem a formação do educando em conformidade com as demandas das transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Conforme a proposta presente no documento base do PROEJA, a concepção de trabalho compreendida pelo educador deve perpassar pela compreensão de trabalho como processo social pelo qual ocorre a transformação humana através do desenvolvimento de novas ideias, isto é, a transformação do homem pelo trabalho. A partir de então o educando, por meio do pensamento crítico, inicia a construção de um processo de conhecimento com a intenção de romper com o conceito de fragmentação e técnica do trabalho, para entendimento do mundo do trabalho e das relações sociais a ele inerentes.

O trabalho é uma forma de produção da vida material, por isso, o caráter histórico do trabalho mantém uma íntima relação com a formação do educando. Segundo as Diretrizes da EJA um dos motivos pelos quais os educandos retornam para a escola é o desejo de elevação do nível de escolaridade para atender às exigências do mundo do trabalho. O PROEJA, originário de uma política de integração entre a educação profissional técnica e ensino médio na modalidade de EJA, possui os mesmos pressupostos de formação humano de forma integral, conforme as Diretrizes Curriculares da EJA. Esta modalidade de ensino justifica-se em como a educação ao longo da vida, em consequência da crescente globalização da produção e dos mercados, da crescente transformação tecnológica, dos acelerados desajustes do mundo do trabalho e da eventual redução da demanda por

habilidades desenvolvidas por meio da formação do educando para inserção no mundo do trabalho.

Todas as orientações de estrutura metodológica que se referem ao PROEJA fazem clara alusão às diversas formas de organização e estratégias de aprendizagem e integração. Assim, a escolha de conteúdos para a formação do sujeito do PROEJA pode ser agrupada, cósioante Machado (2015, p. 51), entre outras possibilidades, da seguinte maneira:

Abordagens embasadas em complexos temáticos com temas integradores, transversais e permanentes; abordagem centrada em resoluções de problemas em que cada professor, junto com seus alunos, fornece dados e fatos para interpretação visando à solução dos problemas; abordagem mediada por dilemas reais vividos pela sociedade em que perguntas são feitas sobre a convivência de decisões políticas ou pragmáticas e abordagem por áreas do conhecimento como natureza, trabalho, sociedade, multiculturalismo, linguagens ciência e tecnologia, saúde, memória, gênero, etnicidade e éticas religiosas.

Nesta perspectiva, a formação profissional não deve ser considerada como a única finalidade do processo de ensino-aprendizagem do PROEJA, assim como não se deve direcionar, também, a formação do educando apenas para seu ingresso na universidade ou no mercado de trabalho.

A escola é responsável por propiciar a amplitude do repertório das competências intelectuais além de promover maior inclusão social e inserção dos sujeitos da aprendizagem no mundo do trabalho. Torna-se importante problematizar o processo de construção do conhecimento dos educandos do PROEJA e a relação deste com o currículo e a metodologia instituídos e legitimados pelas instituições formadoras.

Por esse caminho, compreendemos a importância de a escola priorizar a produção do conhecimento que atenda às demandas e potencialidades dos sujeitos do PROEJA, levando em consideração as transformações em curso, contemporaneamente, na sociedade, na diversidade dos sujeitos, no contexto cultural, social, político, econômico, o que tem resultado nas novas exigências do mundo do trabalho.

Diante de todas essas mudanças na sociedade, a escola deve estar preparada para lidar com essa diversidade cada vez mais crescente na EJA e nos programas inerentes a esta modalidade, a exemplo do PROEJA. Assim, a

capacitação dos profissionais que lidam cotidianamente com esses jovens e adultos é fator crucial para a sistematização metodológica e estratégica na práxis pedagógica, assim como debates sobre atitudes, valores, desejos que integram os desafios pela presença do educando da EJA no cotidiano da escola.

Assim, é urgente a sistematização entre a prática e a teoria para que as demandas da EJA sejam transformadas em conhecimento e aprendizagem significativos para o adulto trabalhador. É neste contexto que se manifesta o desafio enfrentado pela escola e todos os docentes, isto é, o de agir na integração da cultura da escola, dos alunos, dos docentes e da sociedade para promover a união das diversas culturas para a construção contextualizada dos novos saberes. Diante disso, a relevância da diversidade cultural no contexto escolar ganha respaldo nas palavras de Souza (2001, p. 119) quando afirma que:

As questões da diversidade cultural se colocam especificamente no país, pelo número crescente e cada vez mais diversificado de alunos de diferentes condições sociais, diversas etnias, visível especificamente, a partir da obrigatoriedade e universalização da escola.

A partir do que se apresenta acima compreendemos que a intersecção dos saberes surge como papel fundamental na direção de um caminho mais confiável perante os desafios que se apresentam, na trajetória escolar do educando da EJA. É necessário refletir a diversidade cultural da modalidade de ensino em questão e também definir as responsabilidades da escola e do professor nos tratamentos pessoais, coletivos e culturais dos alunos, sendo crucial para a compreensão do processo educacional. A consideração da cultura permeada pelo diálogo é um dos aspectos mais significativos para a aprendizagem, pois de acordo com Freire (1996, p. 82):

A priorização da “relação dialógica” no ensino que permite o respeito a cultura do aluno, a valorização do conhecimento que o educando traz, enfim, um trabalho a partir da visão do mundo do educando é sem dúvida um dos eixos fundamentais sobre os quais deve se apoiar a prática pedagógica de professoras e professores.

Diante da importância do diálogo é possível compreender que, na esfera educacional, dialogar significa socializar ideias para uma reflexão na ação. O diálogo é uma conversa que resulta em uma reflexão coletiva objetivando criar ações

emancipadoras e aprimorá-las mediante a relação escola e educando. A relação dialógica é fundamental para o sucesso da EJA, pois oportuniza o educando a ter sua participação no processo de ensino-aprendizagem assim como também nas tomadas de decisão, tornando o percurso da aprendizagem, além de humano, dialógico. Freire, (2011, p. 63) infere que:

Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase 'coisas', com eles estabelece uma relação dialógica permanente.

Conforme referencia o autor a prática pedagógica pressupõe uma relação não apenas dialógica, mas também humanizadora. O pensamento de Freire suscita a necessidade de, cada vez mais, inserir o educando no centro dos debates promovidos em sala de aula para que suas ideias não sejam ofuscadas pela classe dominante. Não obstante, o estudante do PROEJA não deve ser pensado fora da relação dialógica e humana da aprendizagem, pois são sujeitos detentores de saberes e ideias que precisam ser valorizados.

#### **4.1 O conceito de trabalho**

O conceito de trabalho já foi definido por diversos autores e estudiosos, mas para fins deste texto, parte integrante desta pesquisa, recorreremos às contribuições de Marx, Hegel e Gramsci mediante a crença de que a existência humana pressupõe a garantia das condições de viver para poder fazer história. Em seu sentido amplo, o trabalho está intimamente ligado à produção dos próprios mecanismos de satisfação das necessidades elementares.

O mundo do trabalho passou por diversas mudanças oriundas do surgimento da economia globalizada e do crescimento desta nas últimas décadas. Esta nova realidade tem estimulado questionamentos a respeito do sentido da palavra trabalho e do real papel das escolas quanto a formação para o mundo do trabalho condizente com as necessidades econômicas da sociedade pós-moderna. O referido contexto suscita questionamentos acerca dos limites existentes entre a formação profissional ofertada pelo CEEP Lourdes Carvalho e as atuais demandas do mundo do trabalho da região onde se situa a referida instituição de ensino.

Partindo desse pressuposto, é importante que a concepção pedagógica da escola seja capaz de favorecer e possibilitar a reflexão sobre o mundo que cerca o nosso aluno. A partir disso, pressupõe-se que a formação do jovem e do adulto das classes populares que frequentam a educação profissional não se limite apenas ao domínio de conteúdos, mas seja capaz de aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora capaz de analisar e refletir a respeito dos sentidos e intenções do mundo do trabalho.

O conceito de trabalho está comumente atribuído ao às características meramente econômicas aliadas ao caráter gerador de riquezas e minimizador de carências. Todavia, além disso, é pertinente atentar para o trabalho compreendido como a “[...] mediação da necessidade e a satisfação do indivíduo singular pelo seu trabalho e pelo trabalho e satisfação das necessidades de todos os demais” (HEGEL, 1970, p. 188).

Desse modo, o trabalho não é apenas a satisfação das necessidades individuais e imediatas, mas é algo bem maior pelo qual se forma a consciência pessoal, social e desperta o caráter público e universal do indivíduo.

Nesse sentido, o trabalho se apresenta como uma relação particular entre os homens e os objetos que resulta na união do subjetivo com o objetivo, o geral e particular. Assim, para Hegel, (1974, p. 28).

Na ferramenta, o sujeito faz um meio entre si e o objeto, e esse meio é a real racionalidade do trabalho; pois que o trabalho como tal e o objeto trabalhado são eles próprio meio, é uma mediedade formal na medida em que, para o qual eles são, é fora deles, portanto, a relação do subjetivo sobre o objetivo [é uma relação] completamente separada, permanece dentro apenas no subjetivo, no pensamento da inteligência

Diante do pensamento expresso pelo autor, o trabalho é considerado sob uma concepção positiva, pois é a exteriorização da subjetividade, das potencialidades humanas, que servem de base para que o indivíduo possa alcançar sua verdade e atingir o conhecimento de si próprio.

Em seus primórdios, o trabalho era responsável pela produção pautada em técnicas artesanais, assim os trabalhadores eram detentores de mais autonomia e suas atividades não eram tão individualizadas, possuindo um maior controle da totalidade de procedimentos necessários para a produção do que precisavam para sua sobrevivência. A partir da chegada do capitalismo e de seu crescimento o

trabalhador passou a ser explorado pelo processo de aperfeiçoamento da divisão social trabalho e ainda subordinado a um novo controle dos modelos de produção que resultou no denominado assalariamento. A partir de então, o trabalhador vende seu potencial de produção para ao capital, ou seja, a força de trabalho, e isso passa a ocorrer de maneira cada vez mais mecanizada, como consequência dessa relação surge a exploração.

Marx (2009) agrega à concepção de trabalho os termos estranhado ou alienado, é a maneira pela qual o homem perde-se de si mesmo e torna-se alienado em sua própria essência, uma vez que aquilo que resulta de seu trabalho nunca será para si, mas para o outro. Assim, o trabalho humano como autoatividade pelo qual o homem vem a ser é, na verdade, uma “castração” da “energia física e espiritual” deste. Logo, o trabalho não produz somente o estranhamento, a alienação, produz também o estranhamento de si próprio. Destarte, o trabalho enquanto essência do homem, que deveria ser o ápice de sua realização, certamente, resulta em sua negação. Diante disso, Marx (2009, p. 83) pontua que:

Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua atividade pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O estranhamento-de-si (Selbstentfremdung), tal qual acima o estranhamento da coisa.

Percebemos então que a essência do homem encontra-se no trabalho, e no modo de produção burguesa, só se efetua de forma alienada, pois aquilo que ele produz é destinado ao outro e não mais pertence ao trabalhador. A essência humana também perpassa pelo processo de alienação, uma vez que o trabalhador não aliena somente aquilo que ele produz, mas também a si mesmo.

Observamos ainda nas concepções Marxianas, que trabalho também é a relação do homem com a natureza, a capacidade de transformá-la e se transformar a partir dessa relação. Assim, altera-se a relação do homem com o meio. “É o esforço do homem para regular seu metabolismo com a tão rica natureza” (MARX, 1989). Logo, quando transforma a natureza, o homem também transforma a si mesmo, através da relação de trabalho correspondente à realização de uma atividade que resulta em valor de uso, por meio da contribuição de elementos

relevantes como a matéria bruta oriunda da natureza e do meio de trabalho que se caracterizam para a produção de algo.

Ao fazer referência ao conceito de trabalho Gramsci retoma à escola e a função desta, que conforme o autor, é preparar os novos indivíduos para a vida em sociedade, ensinando-lhes como se organiza a vida social, em que o indivíduo transforma a natureza. Deste modo, Gramsci (2011, p. 221)

Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode se realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coerção. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho.)

Dessa forma, cabe considerar a concepção emancipatória do trabalho perante a necessidade de transformação da sociedade. Assim, a tese do trabalho como princípio educativo deve ser percebida sob um ponto de vista de classe, pois o pensamento do supracitado autor referencia à formação de indivíduos com habilidades técnicas e políticas para a execução de atividades produtivas objetivando a transformação da sociedade mediante a resolução dos dilemas do proletariado. Compreendemos que a relação entre trabalho produtivo e educação é um dos caminhos para que se possa pensar a superação da divergência entre trabalho manual e intelectual. Diante disso, para melhor compreender esse pensamento é relevante trazer à tona da discussão a tese do trabalho como princípio educativo.

Nesta perspectiva, a formação para o mundo do trabalho, sobretudo no PROEJA, deve acontecer em comunhão com pressupostos emancipatórios para que a classe trabalhadora compreenda o trabalho como princípio educativo. Dessa maneira, devemos fortalecer relação entre trabalho e educação no sentido formativo do educando e da ação humanizadora que deve se estabelecer através do desenvolvimento de todas as potencialidades do sujeito.

Compreendido como prática social, o trabalho é fundamento de extrema importância da educação. Assim, é fundamental que trabalhadores jovens e adultos

compreendam o caráter ontológico do trabalho, como também o sentido histórico. Através dessa relação torna-se possível compreender tantas outras existentes entre bases científicas e tecnológicas com a ação produtiva, isto é, a forma como a ciência se relaciona com a prática.

Destarte, compreender este processo possibilitará ao estudante do PROEJA expandir a consciência a respeito da sua condição de trabalhador, se ela é uma condição explorada ou não. Essa visão de trabalho, aproxima-se da concepção científica, uma vez que os conhecimentos produzidos e socialmente legitimados no decorrer da história traduzem os resultados de um processo cultivado pela humanidade na tentativa de compreender e transformar os fenômenos da natureza e da sociedade.

Dessa maneira, a formação do adulto estudante do PROEJA do CEEP Lourdes Carvalho perpassa por uma formação emancipatória com base em uma leitura crítica do mundo e das relações de trabalho. Torna-se relevante para o estudante compreender as particularidades do trabalho humano e para isso a escola assume papel preponderante, em especial, quando se refere à formação para a inserção no mundo do trabalho.

Nesse sentido, é necessário possibilitar aos alunos a apropriação de maneira consistente dos conhecimentos científicos relevantes para compreender criticamente as manifestações da vida e sejam capazes de analisar as relações sociais que estão por trás de todos os acontecimentos através de conteúdos e conhecimentos não fragmentados.

## 5 O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO

O Programa primeiro Emprego foi lançado em novembro de 2016 pelo Governo do Estado da Bahia e tem como premissa legal a Lei nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015, que instituiu o referido programa. As vagas de emprego são destinadas a jovens e adultos egressos da rede estadual de educação profissional da Bahia como forma de garantir a sua primeira experiência de trabalho na área em que se formou respeitando os direitos previstos na legislação trabalhista. O público que abrange o referido Programa é constituído por egressos dos Centros e Unidades Escolares da Rede Estadual de Educação Profissional da Bahia. A seleção do beneficiário leva em consideração o desempenho obtido durante o período de formação nos cursos técnicos de nível médio e demais cursos de qualificação ofertados pelo Estado.

A gestão do Programa Primeiro Emprego é realizada por um Comitê Gestor estabelecida pelo Decreto de nº 16.762 de 07 de junho de 2016 e conta com a participação de representantes da Casa Civil, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, da Secretaria da Administração do Estado da Bahia - SAEB, da Secretaria de Educação e Cultura - SEC, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE e da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR. Todos os órgãos citados executam ações no Programa, conforme prever Art. 5º do supracitado Decreto, cabendo:

- I - à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte a intermediação e a orientação para o trabalho;
- II - à Secretaria da Educação o acompanhamento, enquanto entidade formadora do estágio e da aprendizagem, a orientação profissional e a seleção de estudantes;
- III - à Secretaria de Desenvolvimento Econômico a articulação com o setor privado;
- IV - à Secretaria de Desenvolvimento Rural a articulação com o Terceiro Setor vinculado à Agricultura Familiar;
- V - à Secretaria da Administração a gestão das ações na Administração Pública Estadual, inclusive o monitoramento da ocupação das vagas de aprendizagem definidas pelo Comitê Gestor;
- VI - à Casa Civil o acompanhamento e monitoramento das ações do Projeto, em articulação com os órgãos e entidades executores, para a consecução de seus objetivos.

Mesmo contando com a participação dos referidos órgãos, o Programa Primeiro Emprego dispõe também da ajuda de Fundações contratadas pelo Estado da Bahia para executar o contrato de trabalho dos contemplados e encaminhá-los aos órgãos públicos do Estado da Bahia. O contrato tem duração de até 24 meses e é administrado pela SAEB, que tem o papel de monitorar as vagas ocupadas pelos beneficiários, além de estabelecer articulação com os órgãos que recebem os jovens e adultos oriundos da Educação Profissional da Bahia para a primeira experiência formal de emprego.

O programa Primeiro Emprego surge na contramão do desemprego dos jovens e dos obstáculos que estes enfrentam no que diz respeito à sua inserção no mundo do trabalho. O desemprego vem produzindo uma grave crise social que traz como consequência o aumento da vulnerabilidade dos jovens e dos adultos. Diante disso, torna-se importante o potencial econômico e social que possui o Programa Primeiro Emprego.

Os estudantes selecionados para o programa passam por capacitação teórica e prática. Entidades sociais sem fins lucrativos, qualificadas em formação técnico-profissional, fazem a capacitação dos jovens nos seguintes temas: orientação para o trabalho; introdução ao serviço público, ética, conhecimentos gerais do serviço público no Estado da Bahia e conhecimentos específicos do órgão público do Estado da Bahia.

Diante disso, o Programa Primeiro Emprego aumenta o potencial produtivo da juventude e gera impactos positivos no que compete à atuação dos contemplados nas empresas e órgãos estaduais, sobretudo dos municípios carentes. Em entrevista com o Professor Antonio Almerico Biondi Lima, coordenador do Programa Primeiro Emprego, ressaltou o entrevistado que:

O programa tem dois impactos, um sobre o empresariado, que ele mudasse sua concepção e com isso passasse a admitir pessoas com pouca experiência através de um termo de adesão ao programa e no setor público oxigenar com a presença de novas pessoas com perspectivas inovadoras fazendo uma troca intergeracional entre o servidor mais antigo e o servidor mais novo.

Desse modo, na ordem natural das coisas os jovens serão os adultos e profissionais do futuro. Porém, se não conseguirem um posto de trabalho não irão

adquirir experiência e independência em relação à família e ser atores sociais responsáveis pelas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas.

Assim, o referido programa se torna oportuno uma vez que os jovens enfrentam atualmente barreiras, quase intransponíveis, para ingressarem e se manterem no mercado de trabalho, pois o aumento do desemprego, da informalidade e da precariedade das ocupações é frequente na atualidade.

As dificuldades que os egressos do PROEJA enfrentam em adentrarem para o mundo do trabalho se manifestam ainda através do baixo crescimento econômico, da pequena geração de postos de trabalho e dos obstáculos impostos pelas empresas tais como a exigência de experiência profissional anterior, altos requisitos de escolaridade formal e de qualificação. Há em muitas empresas certa discriminação em relação à mão de obra juvenil com a justificativa de que ela seria menos responsável e produtiva. Tal discriminação ocorre em diversos locais do país, em Cícero Dantas, cidade onde ocorreu esta pesquisa, não é diferente. Apesar de não possuir empresas de grande porte, as médias e pequenas existentes no município também optam por contratar pessoas com experiências profissionais comprovadas.

As justificativas apresentadas são muitas vezes utilizadas com o objetivo de culpar os jovens por estarem sem emprego. Conforme Pochmann (2000), o desemprego juvenil se destaca como uma das características da transformação do mercado de trabalho brasileiro durante a década de 1990 e início do século XXI.

Portanto, as mudanças na esfera do mercado de trabalho tornaram ainda mais conflituosa a situação juvenil tendo como consequências o aumento da inatividade, do desemprego e das barreiras para a inserção ocupacional. Entretanto, a possibilidade da experiência de trabalho formal ofertado pelo Programa Primeiro Emprego representa um avanço para os sujeitos da EJA que por muito tempo ficaram esquecidos pela sociedade e pelo poder público que muito negou a estes, as oportunidades de uma formação integral conforme os aspectos sociais, políticos e de formação para o mundo do trabalho.

O mercado de trabalho encontrado pelos jovens atuais não é semelhante ao existente na época de seus pais, uma vez que é mais competitivo, exigente e excludente. Diante desta realidade o Programa Primeiro Emprego abre as portas do mundo do trabalho para que os jovens e os adultos não somente adquiram

experiência profissional, mas consigam elevar sua condição social e econômica, afastando-os da margem das vulnerabilidades ocasionadas pela falta de emprego.

Na concepção de Sanchis (1997), o desemprego dos jovens é um duplo problema: daqueles que não conseguiram o primeiro emprego e dos indivíduos que passam por diversos postos de trabalho, sem conseguir se estabilizar no mercado de trabalho. O duplo problema apresentado pelo autor foi um dos requisitos que influenciaram o surgimento do Programa Primeiro Emprego, pois a maior dificuldade do jovem conseguir o primeiro emprego era a falta de experiência, assim como muitos não permaneciam no mercado de trabalho por falta da formação profissional. Por isso, ainda sobre a entrevista realizada com Antonio Almerico Biondi Lima, destacamos os motivos que levaram à criação do Programa, que segundo o entrevistado:

Parte de uma decisão de fazer uma ligação entre a política pública de educação profissional e a política pública de trabalho, emprego e renda e as pessoas formadas pela educação profissional precisavam de mais um incentivo para conseguir alcançar o trabalho a partir de um programa estadual que promovesse a primeira experiência profissional.

Atualmente, nosso educando dispõe da possibilidade de ser contemplado com uma vaga do Primeiro Emprego e também possui a formação profissional como prevê o currículo do PROEJA em sua determinada área de formação.

Percebemos que, os empregadores aumentam cada vez mais as exigências tanto de qualificação e escolaridade quanto de experiência profissional, o que torna mais difícil a conquista do primeiro emprego ou de um novo posto de trabalho pelos jovens.

Na argumentação de Tokman (2003), os dois principais motivos para o alto desemprego juvenil são às altas exigências e expectativas dos jovens em relação ao emprego esperado e a rigidez do mercado de trabalho, incluindo os custos de contratação e demissão como barreiras para a contratação dos trabalhadores jovens.

Diante do pensamento do autor citado acima, compreendemos ser cada vez mais urgente a criação de mecanismos que facilitem a passagem dos jovens inativos para o mundo do trabalho, por meio de estágios, pelo estabelecimento de subsídios financeiros para as empresas contratantes ou demais iniciativas semelhantes ao Programa Primeiro Emprego.

### 5.1 O Programa Primeiro Emprego na cidade de Cícero Dantas e região

O município de Cícero Dantas, assim como os demais que compõem o seu entorno, possui uma base econômica que se destaca pela criação de gado, praticada em grandes, médias e pequenas propriedades rurais que constitui uma das atividades mais antigas da região seguida da produção de grãos como milho e feijão. Nas cidades, a economia resulta das atividades do comércio local e as oportunidades de trabalho também se resumem a este tipo de produção econômica.

Neste contexto econômico, os alunos egressos da educação profissional do CEEP Lourdes carvalho enfrentam dificuldades em relação à pequena oferta de trabalho formal no comércio local e a falta de alternativas para a geração de renda. Neste cenário de expressiva dificuldade em relação à oferta de emprego e renda, o Programa Primeiro Emprego representa a criação de oportunidades, não somente de fomento à economia local, mas também de ampliar as perspectivas sociais e econômicas dos contemplados.

A atuação dos egressos no Programa Primeiro Emprego ocorre em órgãos públicos estaduais e as funções desempenhadas acontecem conforme a formação profissional de cada contemplado. Diante disso, em todos os órgãos estaduais existentes na Cidade de Cícero Dantas há alunos egressos do CEEP Lourdes Carvalho trabalhando mediante contratação pelo Programa Primeiro Emprego. O quadro abaixo traz a relação dos órgãos estaduais existentes na cidade.

**QUADRO 2. Relação de órgãos estaduais onde atuam os egressos do Programa Primeiro Emprego – Cícero Dantas – BA – 2019**

ADAB - AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA Total: 02 - FORMAÇÃO: INFORMÁTICA
CEEP LOURDES CARVALHO NEVES BATISTA TOTAL: 04 – FORMAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR LUIZ NAVARRO DE BRITO TOTAL: 02 – FORMAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO
DIRES – DIRETORIA REGIONAL DE SAÚDE TOTAL: 02 – FORMAÇÃO: INFORMÁTICA
PONTO CIDADÃO QUANTIDADE: 02 – FORMAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO
RETRAN - REGIONAL DE TRÂNSITO TOTAL: 02 – FORMAÇÃO: ADMNISTRAÇÃO

Fonte: O autor, 2019.

Diante do exposto torna-se relevante saber quem são e de onde vêm esses sujeitos, suas experiências e expectativas no que concernem à escola e a formação para o mundo do trabalho. Neste sentido, os sujeitos que, atualmente, estão ocupando postos de trabalho nos referidos órgãos constantes no quadro acima são oriundos da zona urbana e rural da cidade de Cícero Dantas-BA, são moradores da Fazenda Estrelo, há 12 KM da cidade, Fazenda Inchuí distante 9 KM da sede, Povoado Trindade, há 8 KM do CEEP e outros mais que residem na zona urbana.

Trata-se, portanto de jovens e adultos que estão vivenciando pela primeira vez uma experiência de trabalho formal que muito tem ajudado no sustento de sua família. Conforme as palavras de Frigotto (2012), a educação contribui como fator fundamental para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e conseqüentemente as diferenças de produtividade e renda. Grande parte dos contemplados pelo Programa Primeiro Emprego são pais e mães de família que tinham sua subsistência pautada na produção daquilo que cultivavam em suas propriedades rurais, até então, sem perspectivas de inserção no mundo do trabalho. Pochmann (2000, p. 9) acrescenta que “O primeiro emprego representa uma situação decisiva sobre a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho”.

A primeira experiência de trabalho representa um divisor de águas na vida dos jovens e adultos, pois muitos destes utilizavam tal experiência para potencializar seus anseios, crescimento e transformação pessoal e profissional, assim como a possibilidade de continuidade no mundo do trabalho. “Há casos em que antes de terminar os dois anos a pessoa é chamada para participar de um trabalho de uma empresa que ele conheceu no local de trabalho”. Disse Antonio Almerico Biondi Lima, coordenador do Programa Primeiro Emprego..

Além da atuação na cidade de Cícero Dantas também temos alunos egressos atuando pelo Programa Primeiro Emprego nas cidades circunvizinhas de Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal, Heliópolis, Fátima, Novo Triunfo, Paripiranga e Sítio do Quinto.

Ao ingressar no mundo do trabalho o jovem ou adulto passa a ser bem visto pela sociedade que usufrui dos conhecimentos e ensinamentos adquiridos perante a formação ofertada pela escola, neste particular, ratificando a importância da escola enquanto formadora de sujeitos aptos para atuação no mundo do trabalho.

O vínculo do jovem com o trabalho é composto, não somente pelo fator salarial, mas da possibilidade da vivência de uma nova socialização, isto é, a

oportunidade de inserção social. Esta nova condição de interação social e profissional decorrente da experiência adquirida no campo do trabalho desempenha novos papéis sociais por parte do jovem. Diante deste cenário, o jovem egresso do PROEJA que ingressa no mundo do trabalho pela primeira vez perpassa por momentos inovadores e de grande importância na formação de seu processo identitário e na realização de seus projetos pessoais, humanos e profissionais.

Portanto, a tipificação humana do trabalho representa para os jovens um papel fundamental tanto na inserção social de cada indivíduo quanto na decorrente formação da sociedade, principalmente nos locais onde a oportunidade de trabalho para os jovens é mais difícil, a exemplo da região do Semiárido da Bahia onde está situado o CEEP Lourdes Carvalho que forma inúmeros profissionais aptos para adentrar no mundo do trabalho, muitos destes egressos contemplados pelo Programa Primeiro Emprego.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados apresentados resultam da interpretação dos questionários, documentos e entrevistas que culminaram na elaboração de gráficos, acompanhados da análise descritiva dos dados obtidos. A consolidação dos resultados aqui apresentados se consubstanciou através da abordagem qualitativa de pesquisa. O estudo com enfoque qualitativo foi importante para o fortalecimento da relação entre teoria e prática da pesquisa-ação que possibilitou o acesso às ferramentas eficazes para a interpretação das questões levantadas nesta pesquisa. Diante disso, Lakatos e Marconi (2010) asseveram que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como objetivo, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do sujeito humano e ainda atribuindo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências comportamentais.

### **6.1 O que dizem os contemplados pelo Programa Primeiro Emprego**

Os questionamentos presentes no roteiro de pesquisa versaram, dentre outros aspectos, a respeito da representatividade do Programa Primeiro Emprego no que concerne à melhoria na condição social e econômica dos sujeitos contemplados pelo programa. Consoante Iamamoto, (2001, p. 34) “O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens”. Percebemos, desse modo a relevância do trabalho como condição intrínseca à vida humana, tanto no campo da produção quanto da reprodução social, o que confirma a centralidade social do trabalho.

Sendo assim, o trabalho se concretiza como uma relação íntima entre a sociedade e a natureza nas suas distintas formas de apresentação, que transforma o sujeito biológico em sujeito social.

Diante das discussões proferidas até aqui, compreendemos que as falas dos entrevistados denotam satisfação mediante o poder de transformação social que o trabalho está provocando na vida dos contemplados em razão da oportunidade de emprego aliada aos impactos positivos no que se refere ao crescimento socioeconômico dos egressos da Educação Profissional inseridos no mundo do trabalho mediante o Programa Primeiro Emprego, conforme mostra o quadro abaixo.

**Quadro 3. Descrição da fala de alguns entrevistados – Egressos no programa primeiro Emprego**

<b>Colaboradores</b>	<b>Fala de alguns colaboradores da pesquisa</b>
<b>Egresso (A)</b>	É um programa que ajuda o profissional a crescer socialmente e financeiramente, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.
<b>Egresso (B)</b>	Ajuda ao máximo na minha preparação futura, pois posso pagar minha faculdade e ir comprando minhas próprias coisas.
<b>Egresso (C)</b>	Com a ajuda do Primeiro Emprego posso ir arrumando minha casa e juntar um dinheiro para a faculdade de minha filha.
<b>Egresso (D)</b>	Posso trocar de moto e tirar a carteira de habilitação para buscar um emprego de motorista
<b>Egresso (E)</b>	O Primeiro Emprego possibilitou a minha entrada no mercado de trabalho com direito a todos os benefícios trabalhistas.

Fonte: O autor, 2019.

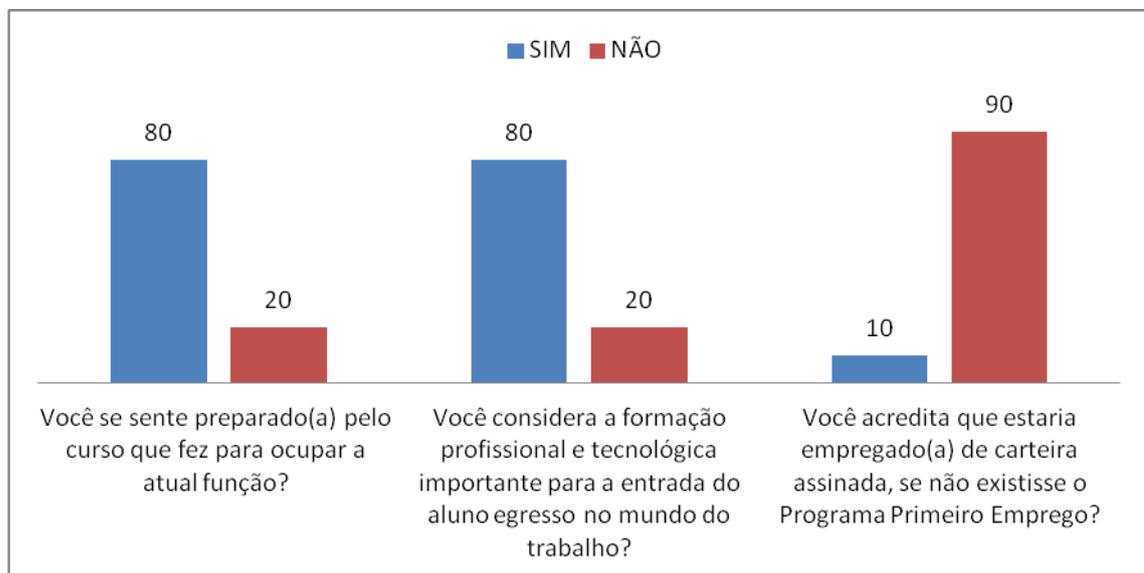
Observamos que, para estes jovens, a primeira oportunidade de trabalho é imprescindível na vida do indivíduo, pois possibilita que tenham suas necessidades supridas em decorrência do seu labor remunerado e assim o trabalho se configura como elemento que dignifica o homem na sociedade, fortalecendo sua estrutura socioeconômica e cultural.

Torna-se importante salientar que a formação profissional dos jovens e adultos pela escola, a exemplo da formação ofertada pelo PROEJA, é preponderante para a entrada desse público no mundo do trabalho. A prova disso é o crescente número de matrículas na Rede de Educação Profissional da Bahia, pois o estudante vislumbra na formação profissional um caminho para chegar ao mundo do trabalho. Assim, questionamos nossos sujeitos da pesquisa sobre o porquê de terem optado por um curso de formação profissional.

Quanto ao questionamento acima referendado 80% disseram que optaram por um curso de formação profissional para buscar uma oportunidade de emprego 10% responderam que a opção se deu pelo fato de querer adquirir conhecimento e 10% afirmaram que o intuito era obter uma vaga no Programa Primeiro Emprego. Este último dado confirma que o referido programa tem se tornado um dos motivos pelos quais os jovens e adultos têm optado pela Educação Profissional.

No que concerne ao papel da escola de preparar o educando para o mundo do trabalho, Menezes (2000, p.33) destaca que “Cabe à escola preparar o trabalhador não mais para executar uma tarefa, mas para desempenhar uma função”. Percebemos assim que a demanda para o trabalho não requer somente uma formação específica, mas uma qualificação ampla e abrangente, principalmente na ação coletiva das equipes e dos grupos responsáveis pela formação do sujeito para o mundo do trabalho. No gráfico abaixo, veremos os dados concernentes à formação profissional.

**Gráfico 1 – Formação profissional, mundo do trabalho e o Programa Primeiro Emprego.**



Fonte: O autor, 2019.

Diante do exposto no gráfico acima notamos que, no tocante à preparação do egresso para o desempenho da função, a maioria sente-se preparada, porém 20% responderam que não, mas com a justificativa de que estão atuando em uma empresa que tem pouca relação com a área de formação.

No que diz respeito aos demais resultados do gráfico destaca-se a importância da formação profissional e tecnológica para o acesso dos egressos ao mundo do trabalho. Observamos ainda o Programa Primeiro Emprego como porta de entrada para o mundo do trabalho proporcionada pela Educação Profissional.

Assim, a formação de jovens e adultos ganha sentido e se justifica por oportunizar a inserção laboral e inclusão social destes sujeitos que foram excluídos da educação básica e conseqüentemente do mundo do trabalho. É relevante lembrar que a formação dos sujeitos da EJA não esteja centrada exclusivamente

nos princípios do trabalho, mas que o conceba como princípio educativo em que esteja contemplada a formação integral em consonância com os saberes necessários ao exercício da cidadania o que resulta em um novo sentido da política de formação de jovens e adultos no âmbito da formação profissional.

## 6.2 O que dizem os educandos do PROEJA

São muitos os desafios que afetam a educação de jovens e adultos no Brasil, são problemas decorridos em função da descontinuidade de políticas públicas que perpassam pelo aligeiramento da formação dos sujeitos e se estendem até a falta de professores capacitados para ministrar aulas na EJA, sobretudo no PROEJA, considerando o princípio da formação profissional para o mundo do trabalho. A opção do educando pela Educação Profissional tem justificativa em diversos fatores de ascensão socioeconômica dos sujeitos em formação, conforme explicita o quadro abaixo:

**Quadro 4. Descrição da fala de alguns entrevistados – Educandos do PROEJA**

<b>Colaboradores</b>	<b>Fala de alguns colaboradores da pesquisa</b>
<b>Educando (A)</b>	Conseguir um emprego após a formação, melhorar o currículo e ser contratado pelo programa primeiro Emprego.
<b>Educando (B)</b>	Ser contratado pelo Programa Primeiro Emprego.
<b>Educando (C)</b>	Ter uma profissão e ser contratado pelo programa primeiro Emprego.
<b>Educando (D)</b>	Ser contatado pelo Programa Primeiro Emprego e ajudar minha família.
<b>Educando (E)</b>	Obter conhecimento e permanecer em meu emprego.

Fonte: O autor, 2019.

A formação profissional do educando do PROEJA é uma resposta do poder público às demandas por inclusão social e econômica de uma parcela da sociedade que não teve acesso e permanência à educação na infância ou juventude. Atualmente, ao retornar à escola o jovem ou o adulto tem a necessidade não apenas de alfabetizar-se, mas de uma formação de mão de obra para adentrar no mundo do trabalho. Cosoante as falas dos entrevistados presentes no quadro acima podemos

compreender que os objetivos dos colaboradores giram em torno da intenção de adentrar para o mundo do trabalho após a formação profissional.

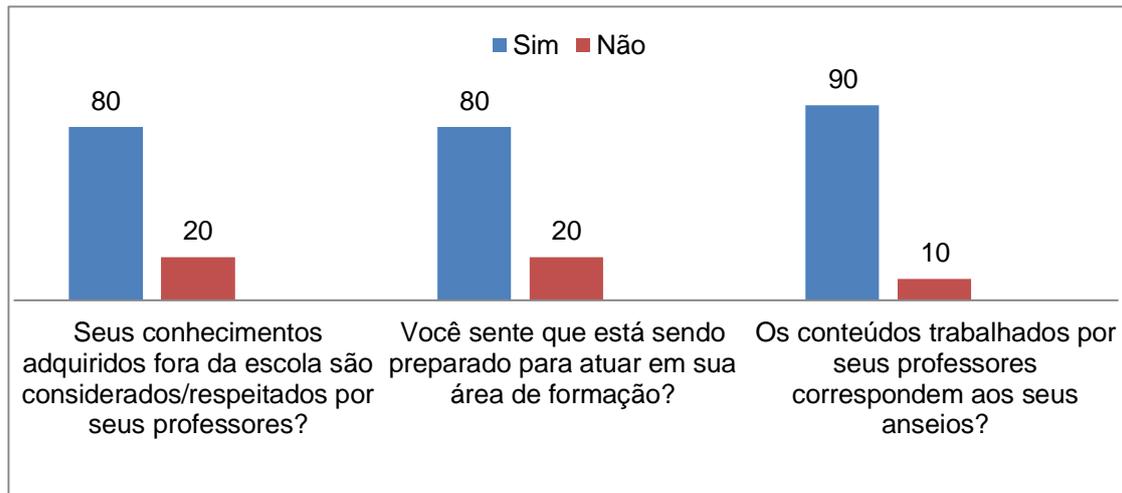
Ao ser questionado se já deixou de assumir uma vaga de emprego por falta de uma formação profissional 60% dos entrevistados disseram que sim, em oposição a 40% que afirmaram nunca ter deixado de assumir uma vaga de emprego em decorrência da falta de formação para o mundo do trabalho. O resultado desse questionamento corrobora com o pensamento de Frigotto (2012, p, 35) ao afirmar a necessidade do ajustamento entre “[...] a educação e a formação profissional à reestruturação produtiva concebida como consequência dessa nova base técnica e dos processos de globalização”. Nesta perspectiva, educação e trabalho se fortalecem e apostam nas habilidades e na formação da mão de obra para o atendimento das atuais exigências do mundo do trabalho, sem perder de vista as temáticas cotidianas da relação professor e educando.

Desse nodo, entendemos a importância de ressaltar, a partir das análises aqui apresentadas, que os temas abordados não eram inéditos na vida dos professores do PROEJA, pois as situações abordadas nesta pesquisa são inerentes à prática pedagógica dos docentes pesquisados.

A formação profissional dos sujeitos do PROEJA deve está atrelada aos anseios e às peculiaridades destes. Desse modo, Kuenzer, (2007, P. 82) assevera que diferentes sujeitos sociais para alcançar a aprendizagem necessitam de linguagem e métodos de ensino que considerem seus saberes já construídos e lhe permitam a compreensão e a elaboração teórica de sua própria prática, o que exigirá dos professores a reflexão em torno de estratégias mais adequadas para serem utilizadas em sala de aula.

Assim, a prática pedagógica deve possibilitar que os educandos se apropriem solidamente dos conhecimentos científicos relevantes para analisar as manifestações da vida e tenham a compreensão das relações que giram em torno dos fenômenos sociais por meio de conteúdos carregados de significados e não através de fragmentos de conhecimentos. Antes de tudo isso, o currículo do PROEJA deve estar voltado para a inclusão social dos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de frequentar e permanecer na escola. No gráfico abaixo trazemos a visão dos entrevistados no que se refere aos aspectos acima mencionados.

**Gráfico 2 - Percepção dos educandos do PROEJA sobre a formação profissional.**



Fonte: o autor, 2019.

Diante do que demonstra o gráfico, observamos a importância que a escola possui no que diz respeito à formação do aluno para o mundo do trabalho. A atuação docente deve estar pautada em conhecimentos que resultem em saberes capazes de formar o sujeito para a execução de atividades técnicas pertinentes ao curso técnico do qual faz parte, mas com valorização no tocante aos contextos sociais e humanísticos.

Partindo do pressuposto de que a formação do educando do PROEJA deve manter uma estreita relação com o que ele almeja, interrogamos também se a formação profissional ofertada pela escola atende às expectativas dos educandos entrevistados. Neste quesito, 90% afirmaram que sim, enquanto 10% disseram que a formação que recebe da escola onde estuda não atende às suas expectativas, entretanto não apresentaram justificativas.

Nesta seara de discussão torna-se imprescindível que a escola prepare o jovem e o adulto para atuar em sua área de formação e sinalize caminhos para inserção destes no mundo do trabalho, pois dessa forma estará contribuindo para a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho.

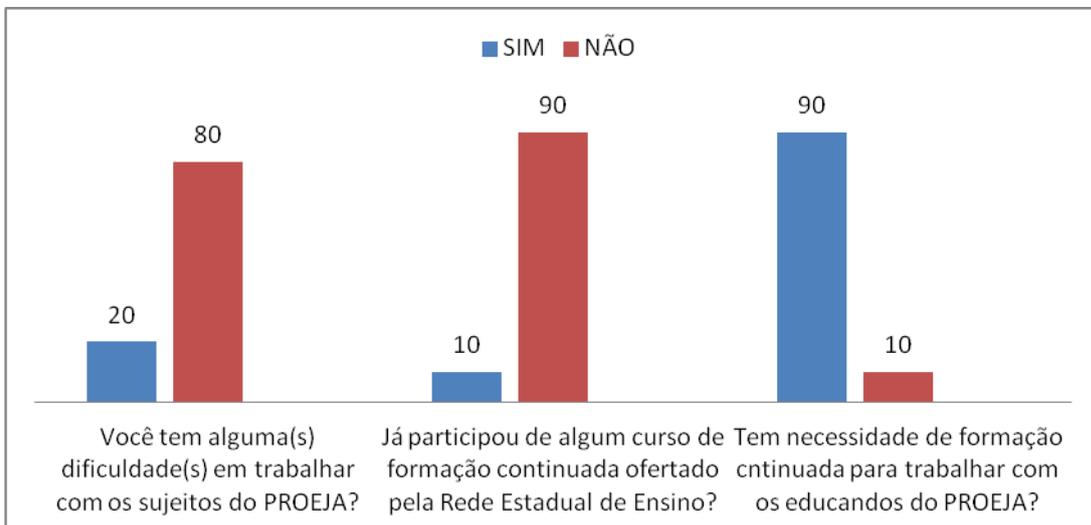
Diante disso, indagamos os colaboradores desta pesquisa, da categoria estudante, se considera importante que a escola estabeleça parceria com o comércio local para a contratação de alunos egressos da Educação Profissional e neste item todos responderam que sim, ou seja, 100% dos entrevistados entendem a importância da parceria entre a escola e as empresas locais da cidade.

### 6.3 O que dizem os professores do PROEJA

Educar jovens e adultos pressupõe possibilitar a formação de sujeitos que não conseguiram se escolarizar na faixa etária regular devido a diversos fatores, dentre eles as necessidades que os levaram a adentrarem no mundo do trabalho ainda cedo.

Nesse sentido, o retorno à escola pressupõe a aquisição de informações e praticidades capazes de transformar o conhecimento prático em conhecimento teórico por meio da troca de experiências. Assim, Machado (2008) assevera que quando o docente atua na educação profissional deve saber integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, que compõem o núcleo comum de conhecimentos gerais e universais, e os conhecimentos e habilidades relativas às atividades técnicas de trabalho e de produção relativas ao curso técnico em questão. Os professores do PROEJA, expressaram seus pontos de vista no que concerne à prática educativa desenvolvida com seus educandos.

**Gráfico 3 – A prática pedagógica dos professores do PROEJA.**



FONTE: O autor, 2019.

Os dados do gráfico demonstram a importância dos cursos formação contínua para os docentes que trabalham no PROEJA, entretanto os dados revelam a falta destes cursos para o colaboradores da pesquisa. Quanto às dificuldades em trabalhar com os educandos do PROEJA, estas aparecem representadas por 20%

dos colaboradores. Estes justificaram que a referida dificuldade decorre da falta de cursos de formação para os docentes da Educação Profissional.

A formação do professor é aspecto fundamental para o sucesso da aprendizagem dos sujeitos do PROEJA. Assim, conhecer os pressupostos da formação profissional dos educandos da referida modalidade de ensino, como também os anseios e demais aspirações do sujeito da aprendizagem despertam no professor a busca por formação e partilha de experiências pedagógicas e formativas.

Os resultados presentes no gráfico acima no permitem vislumbrar a urgente necessidade de construir propostas pedagógicas específicas contemplando à complexidade diferencial do PROEJA, que incluam conhecimentos diversos que se originem dos interesses desses sujeitos. Assim constatamos, com base no que se apresenta no gráfico, que a formação do professor PROEJA deve ser contínua e específica estabelecendo uma estreita relação com o educando que o permita sentir-se valorizado através do respeito aos seus conhecimentos prévios e seus objetivos concernentes ao mundo do trabalho.

Consideramos pertinente questionar se o professor considera sua prática pedagógica importante para a formação profissional dos educandos. Em relação a esta temática, 100% responderam sim, ou seja, todos compreendem a importância do seu trabalho para a formação dos sujeitos do PROEJA. Também por unanimidade, 100% dos entrevistados afirmaram que o conteúdo ministrado em sala de aula tem relação com as atuais exigências do mundo do trabalho. Desse modo, Arroyo (2013, p. 67) complementa que:

O direito aos conhecimentos dos mundos do trabalho não é uma opção políticoideológica por um currículo socialpolítico para os pobres, trabalhadores, nem será um currículo do mercado, pragmático para jovens, adolescentes destinados a profissões sérias, de direção.

A escola deve possibilitar ao sujeito da EJA apropriação sólida dos conhecimentos técnicos e científicos relevantes para analisar as manifestações da vida bem como compreenderem as relações sociais inerentes aos fenômenos cotidianos através de conteúdos organizados, que serão úteis para a inserção do sujeito no mundo do trabalho, e não por meio de fragmentos de conhecimentos. O trabalho encontra na EJA os motivos que promovem o retorno do educando aos estudos com o desejo de se qualificar para o trabalho e ter sucesso profissional.

No que diz respeito à segurança do professor quanto a formação do alunado para adentrar no mundo do trabalho 80% responderam que se sentem seguros, porém 20% afirmaram não sentirem-se seguros para formar profissionais para o mundo do trabalho. Segundo Arbache (2001) o educador de jovens e adultos precisa ter conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, pois a clientela é heterogênea e culturalmente diversificada.

Diante de toda discussão já proferida nesta pesquisa no que se refere às concepções pedagógicas para a EJA reiteramos aqui o pensamento de Arroyo (2013) com destaque para a importância de se construir uma teoria pedagógica, com matrizes formadoras que tenha como referência a vida juvenil e adulta, tal como o trabalho, os movimentos sociais e a cultura, pois acredita que a formação assume um caráter político e se encontra referenciada em traços singulares das trajetórias de muitos grupos a quem essa educação se dirige. Sua proposta vincula-se a uma concepção de educação alicerçada nas práticas emancipatórias ligadas ao campo da educação popular, a qual inclui a Educação de Jovens e Adultos.

## **7 A PARCERIA COM AS EMPRESAS LOCAIS COMO PRODUTO DA PESQUISA**

A proposta de intervenção no CEEP Lourdes Carvalho Neves Batista é compreendida como um conjunto de estratégias direcionadas a obtenção dos objetivos propostos levando em consideração o processo de formação dos sujeitos do PROEJA e a inserção destes no mundo do trabalho.

O CEEP Lourdes Carvalho passará a ter um intercâmbio com o meio empresarial local para oportunizar a entrada de nossos alunos egressos da educação profissional no mundo do trabalho. Dessa forma, esta parceria permitirá o acesso do aluno egresso à empresa e do empresário à escola, promovendo uma interação ativa, uma vez que serão relatadas as experiências vivenciadas na empresa para os alunos que ainda estão no processo de formação e provavelmente serão contratados após o término no curso.

O encontro entre o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, 8 empresários da cidade, a gestão do CEEP Lourdes Carvalho, composta pela diretora e 2 vice-diretores e 10 alunos que representaram os cursos de Administração, Informática, Agropecuária e Agronegócio ocorreu no pátio do referido CEEP na data de 20 de setembro de 2019. Na oportunidade, foram expostos os objetivos de nossos educando em adentrar para o mundo do trabalho através da parceria entre escola e empresas da cidade.

Diante da apresentação de nossos cursos, da proposta metodológica e do diálogo entre os pares presentes, a partir daquele momento nascia uma parceria com os empresários locais e a escola que possibilitaria a entrada de nossos alunos egressos no mundo do trabalho. Assim, ficou acordado entre o presentes que após a formação serão destinados à CDL uma lista de alunos formados seguido de um currículo de experiências e intenções de cada aluno.

Sabemos que as empresas locais não absorverão todos os profissionais formados pelo CEEP, mas contribuirá positivamente para a empregabilidade dos egressos, que somados aos números do Programa Primeiro Emprego ajudarão no fortalecimento da política pública de emprego na cidade de Cícero Dantas-BA.

Trata-se de uma oportunidade para realizarmos uma divulgação de nossa instituição de ensino, onde o empresariado teve e terá acesso direto aos nossos alunos, conhecendo a produção intelectual e a capacidade empreendedora,

aspectos essenciais para nossos alunos que estará, em um futuro próximo, buscando oportunidade de trabalho ou empreendimento de negócio próprio.

A parceria entre escola e empresa objetiva fortalecer o diálogo de nossa instituição de ensino com as instituições do mundo do trabalho, as atividades de preparação para o trabalho deverão incorporar a prática de parcerias institucionais entre a escola e as empresas do setor produtivo, objetivando a oferta de emprego como oportunidade, muitas vezes, da primeira experiência de trabalho.

Logo, entendemos que as instituições de educação profissional devem intermediar a entrada de seus egressos no mundo do trabalho, pois da mesma que ocorre a intermediação da instituição junto às empresas no momento do estágio, deverá haver intermediação no momento do ingresso na vida profissional, por meio de parcerias firmadas com empresas que se comprometam em potencializar o desenvolvimento de nossos alunos egressos.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou que a formação dos sujeitos do PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos perpassa por questões didáticas, pedagógicas e traz em sua centralidade um proveitoso debate que envolve a história da educação brasileira, a constituição de instituições democráticas e a construção de um projeto de formação voltada para inserção do sujeito em formação no mundo do trabalho.

O PROEJA implica na adoção de novos saberes e práticas docentes destinados a uma parcela da população que voltou para a escola com a perspectiva de autenticar os saberes oriundos das diversas experiências da vida cotidiana e correlacioná-los com as demandas do mundo do trabalho. Desse modo, esta integração da formação básica com a formação profissional representa desafios para os docentes a quem se atribui maior responsabilidade pelo processo formação que perpasso pelo aspecto social, político e do próprio trabalho.

Notamos, no decorrer deste estudo, que o PROEJA propõe a formação de jovens e adultos excluídos da educação básica com o intuito de formar sujeitos para dar conta da inserção laboral e da inclusão social destes coletivos através de uma formação que não esteja centrada exclusivamente no mundo do trabalho, mas que o conceba como princípio educativo aliado ao saberes necessários ao exercício da cidadania o que resultaria em ressignificar a formação integral de jovens e adultos no âmbito de educação profissional.

No tocante às instituições que ofertam a educação profissional cabe a estas o papel de promover uma educação com bases sólidas a partir da realidade dos educandos, pois são sujeitos de uma sociedade em transformação, inseridos em novas formas de convivência social e formação profissional. Nesta perspectiva, concluímos que é importante por parte das instituições de ensino conhecer a realidade do educando para que possa construir projetos com intervenções metodológicas capazes de promover a formação integral dos sujeitos do PROEJA.

Nesse contexto, constatamos ainda a necessidade de considerar as especificidades das histórias de vida, sem perder de vista a valorização dos conhecimentos prévios dos educandos. É relevante provocar reflexões acerca dos motivos que influenciam o abandono da escola por parte dos sujeitos do PROEJA,

sejam estes motivos de ordem interna ou externa à escola. Toda essa reflexão perpassa pela importância da reflexão a respeito da forma como ocorre o processo de formação dos educandos do PROEJA para o mundo do trabalho. A superação destes desafios perpassa, necessariamente, pelo fortalecimento das políticas de formação docente específica para a modalidade em questão e por mudanças na estrutura das instituições ofertantes da educação profissional.

Diante desse contexto, os princípios da formação no PROEJA estão fortemente relacionados com as exigências formativas do mundo do trabalho na contemporaneidade. Por este motivo, o sujeito do PROEJA tem vislumbrado na formação profissional um caminho para ingressar no mundo do trabalho, em especial, quando há uma política pública de inserção do egresso no mundo do trabalho para sua primeira experiência de trabalho formal.

Nesse contexto, destacamos neste estudo não somente os caminhos da formação profissional dos educandos do PROEJA, mas a inserção desses sujeitos no mundo do trabalho mediante a contratação pelo Programa Primeiro Emprego que tem despontado como uma política pública de inserção do jovem e adulto egresso da educação Profissional da Bahia com sustentação legal na Lei nº 13.459, de 10 de dezembro de 2015.

Assim, compreendido como política pública, o Programa destina vagas de emprego para jovens e adultos egressos da rede estadual de educação profissional da Bahia com o objetivo de proporcionar a sua primeira experiência de trabalho formal na área de formação. Diante disso, percebemos que o programa tem se tornado um atrativo para o ingresso de novos alunos no CEEP Lourdes Carvalho, lócus da pesquisa, que vislumbram na formação profissional um meio para adentrar no mundo do trabalho, seja através de empresas particulares, seja por meio do Programa Primeiro Emprego.

Os resultados desta pesquisa nos fez refletir também a respeito da ampliação dos caminhos para o jovem e adulto egresso da educação profissional adentrar no mundo do trabalho. Assim, além das oportunidades oriundas do Programa Primeiro Emprego, destacamos a parceria entre as empresas locais para a contratação dos egressos da educação profissional do CEEP Lourdes Carvalho, situado na cidade de Cícero Dantas-BA.

Diante das discussões provenientes das esferas do mundo do trabalho compreendemos que este passou por inúmeras transformações decorrentes da

emergência da economia globalizada e do fortalecimento desta nas últimas décadas. Trata-se de uma realidade que tem suscitado questionamentos acerca do sentido da palavra trabalho e atrelados à função das instituições formadoras no que concerne a formação para o mundo do trabalho em harmonia com as necessidades econômicas da sociedade pós-moderna. Portanto, o referido contexto denota questionamentos a respeito dos limites entre a formação profissional ofertada pela escola e as atuais demandas do mundo do trabalho.

Este estudo também nos permitiu compreender a importância da concepção pedagógica da escola no favorecimento da reflexão sobre o mundo ao redor do nosso aluno. Assim sendo, entendemos que a formação do jovem e do adulto das classes populares que frequentam a educação profissional não se limite ao domínio de conteúdos, mas a capacidade de se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora capaz de analisar e refletir sobre os sentidos e intenções do mundo do trabalho.

Desse modo, observamos a necessidade do educando em compreender a concepção emancipatória do trabalho perante as constantes mudanças na sociedade contemporânea. Nesta perspectiva, destaca-se a importância do trabalho como princípio educativo compreendido como a relação entre trabalho produtivo e educação para que se possa pensar a superação da divergência entre trabalho manual e intelectual.

Neste sentido, percebemos que a formação destinada aos sujeitos do mundo do trabalho, sobretudo no processo de formação da EJA, deve acontecer em consonância com pressupostos emancipatórios que possibilite a classe trabalhadora perceber o trabalho como princípio educativo. A partir de então, devemos fortalecer as bases entre trabalho e educação no sentido formativo do sujeito e da ação humanizadora que precisa se estabelecer por meio do desenvolvimento das potencialidades do sujeito em formação.

Percebemos ainda que o trabalho compreendido como prática social é fundamento de extrema importância para formação profissional para o mundo do trabalho. Torna-se, então, fundamental que estudantes, trabalhadores, jovens e adultos vislumbrem e compreendam o caráter histórico e ontológico do trabalho. Deste modo, compreender as relações entre trabalho e educação possibilita ao estudante da EJA expandir a consciência acerca da sua condição de trabalhador, ou seja, se ela é uma condição explorada ou não.

Percebemos então a necessidade de uma formação técnica integrada ao ensino médio em harmonia com a formação não para adequar o trabalhador às demandas do mundo do trabalho de forma passiva, mas que seja capaz de possibilitar uma formação humana pautada nos princípios da formação crítica, emancipatória e política.

Este estudo nos fez repensar a respeito da responsabilidade da escola em propiciar a amplitude do repertório das competências intelectuais do alunado além de promover a inclusão social e inserção dos sujeitos da educação profissional no mundo do trabalho. Assim, torna-se urgente refletirmos a respeito do processo de construção do conhecimento do educando do PROEJA e a relação desse com o currículo e metodologia legitimados pelas instituições formadoras.

Diante de tudo que se expôs nesta pesquisa entendemos ser de fundamental importância a priorização, por parte da escola, da produção do conhecimento que potencialize os sujeitos do PROEJA e leve em consideração as rápidas mudanças da sociedade contemporânea, assim como a diversidade dos sujeitos, no contexto cultural, social, político e econômico que tem provocado constantes exigências do mundo do trabalho para com o trabalhador.

Portanto, diante do exposto nos achados desta pesquisa almejamos contribuir para o desenvolvimento do campo de estudo a respeito da formação do educando do PROEJA para o mundo do trabalho. Esperamos que os elementos teóricos e os dados da pesquisa possam servir de inspiração a futuros estudos acerca da temática aqui pesquisada para ampliação de nossos resultados e conclusões.

## REFERÊNCIAS

ARBACHE, Ana Paula. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

ARROYO, Miguel G; BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Org.). **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2007.

\_\_\_\_\_. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2002.

BEISIEGEL. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

BETTI, M. **Educação física escolar: ensino e pesquisa-ação**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB Nº1/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Diário Oficial da União, 14 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

\_\_\_\_\_. MEC, SEMTEC. Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – **Documento-Base**. 2a ed., Brasília: MEC, agosto de 2007.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação**: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina; CNPQ; Faperj, 2009.

DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro, 2007.

FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em educação matemática**: percursos teóricos e metodológicos. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREIRE. Pedagogia da Autonomia: **Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 7 ed. São Paulo. Centauro, 2005.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **A produtividade da escola improdutiva**. SP: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: **Educação e Crise do Trabalho**. Gaudêncio Frigoto(org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GHIRALDELLI, P. Jr. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HADDAD. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo. ABET, 2006.

\_\_\_\_\_ ; DI PIERRO, Maria Clara. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da educação para todos. São Paulo: Ação Educativa; **São Paulo em Perspectiva**, vol.14, n.1, p.29-40, mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 19 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório preliminar de pesquisa**: a situação da educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: Mimeo, 2000.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEGEL, G. W. F. **Princípios de Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

\_\_\_\_\_. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Ed. Abril, 1974.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Trabalho e indivíduo social no processo capitalista de produção. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo, Cortez, 2001.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: O discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação e Sociedade*, v. 28, p. 1153-1178, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2005.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica*. v. 1, n. 1, jun. p.08-22, Brasília: MEC, SETEC, 2008.

\_\_\_\_\_. PROEJA: O significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. **Boletim**, n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Organização da educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos. **Linhas Críticas**. Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 89-108, jan./jun. 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 1989.

MENEZES, Antonio Júlio de. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte: UFRJ, 2000.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26<sup>o</sup> Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

NETO, José Antônio C. (org.) **Metodologia da pesquisa científica**: graduação à pós-graduação. Editora CRV, Curitiba, 2012.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo, 1987.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego**. 5<sup>a</sup>. Edição. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Ibepe, 2001.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOKMAN, Victor. Desemprego juvenil no Cone Sul: causas, conseqüências políticas. In **Desemprego Juvenil no Cone Sul: uma análise de década**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: M. Fontes, 1981.

## APÊNDICE A

## QUESTIONÁRIO QUE DEVE SER APLICADO JUNTO AOS ALUNOS DO PROEJA

Escola \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Aluno a) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

O objetivo desta pesquisa é coletar dados que permitam compreender o processo de formação dos educandos do PROEJA para sua inserção no mundo do trabalho, em especial, através do Programa Primeiro Emprego, destacando indicadores que possibilitam maior aproximação entre a formação e necessidade de trabalho. Agradecemos a atenção e comprometo-me a analisar as informações, aqui apresentadas, de forma ética e responsável, buscando através delas, auxiliar, mesmo que de forma simples, o estudo das questões educacionais focalizadas, apontando as soluções necessárias.

Qualquer dúvida fazer contato pelo e-mail indicado ou pelo telefone.

Muito obrigado

## I - DADOS PESSOAIS

A - Faixa Etária: ( ) De 16 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 50 anos ( ) Acima de 50 anos

B – ( ) 1° Módulo/Semestre ( ) 2° Módulo/Semestre ( ) 3°

Módulo/Semestre

( ) 4° Módulo/Semestre ( ) 5° Módulo/Semestre

CURSO: ( ) Informática ( ) Administração ( ) Agropecuária ( )

Agronegócio

1. Quais foram os principais motivos que levaram você a optar por um curso de formação profissional?

- Conseguir um emprego após a formação  Permanecer no emprego
- Ser contratado pelo Programa Primeiro Emprego  Ter uma profissão
- Outro(s): \_\_\_\_\_

2. Você já deixou de assumir uma vaga de emprego por falta de formação profissional ou de não ter concluído o Ensino Médio?

SIM  NÃO

3. A formação profissional ofertada pela escola atende às suas expectativas?

SIM  NÃO

Se sua resposta foi negativa cite o(s) motivo(s).

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Seus conhecimentos adquiridos fora da escola são considerados/respeitados por seus professores?

SIM  NÃO

5. Você sente que está sendo preparado para atuar em sua área de formação?

SIM  NÃO

6. Os conteúdos trabalhados por seus professores correspondem aos seus anseios?

SIM  NÃO

7. Você considera importante que a escola estabeleça parceria entre o comércio local para a contratação de alunos egressos?

SIM  NÃO

Email: [genivaldoferreirasa@yahoo.com.br](mailto:genivaldoferreirasa@yahoo.com.br)

## APÊNDICE B

### QUESTIONÁRIO QUE DEVE SER APLICADO JUNTO AOS PROFESSORES DO PROEJA

Escola \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Professor (a) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

O objetivo desta pesquisa é coletar dados que permitam compreender o processo de formação dos educandos do PROEJA para sua inserção no mundo do trabalho, em especial, através do Programa Primeiro Emprego, destacando indicadores que possibilitam maior aproximação entre a formação e necessidade de trabalho. Agradecemos a atenção e comprometo-me a analisar as informações, aqui apresentadas, de forma ética e responsável, buscando através delas, auxiliar, mesmo que de forma simples, o estudo das questões educacionais focalizadas, apontando as soluções necessárias.

Qualquer dúvida fazer contato pelo e-mail indicado ou pelo telefone.

Muito obrigado

#### I - DADOS PESSOAIS

A. Graduação ou licenciatura: \_\_\_\_\_

( ) Especialista ( ) Mestre ( ) Doutor - Anos na docência \_\_\_\_\_

B. Disciplina(s) que leciona: \_\_\_\_\_

#### II QUESTÕES RELACIONADAS À PRÁTICA PEDAGÓGICA NO PROEJA.

1. Você tem alguma (s) dificuldade (s) em trabalhar com os sujeitos do PROEJA?

SIM ( ) NÃO ( )

Se sua resposta foi afirmativa cita a(s) dificuldade(s).

---

---

2. Você já participou de cursos de formação continuada ofertado pela Rede Estadual de Ensino?

SIM ( ) ( ) NÃO

Se a resposta foi sim, diga-me qual a frequência em que são ofertados esses cursos e qual o conteúdo proposto?

---

---

3. Você tem necessidade de formação continuada para trabalhar com os educandos do PROEJA?

SIM ( ) NÃO ( )

4. Você considera sua prática pedagógica importante para a formação profissional de seus alunos?

SIM ( ) NÃO ( )

5. O conteúdo que você ensina tem relação com as atuais exigências do mundo do trabalho?

SIM ( ) NÃO ( )

6. Você se sente seguro(a) para formar seus alunos para adentrar no mundo do trabalho?

SIM ( ) NÃO ( )

Se sua resposta for negativa cite o(s) motivo(s).

---

---

7. Você tem conhecimento do Programa Primeiro Emprego?

SIM ( ) NÃO ( )

Email: [genivaldoferreirasa@yahoo.com.br](mailto:genivaldoferreirasa@yahoo.com.br)

## APÊNDICE C

### QUESTIONÁRIO QUE DEVE SER APLICADO JUNTO AOS ALUNOS EGRESSOS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO

Órgão de  
 lotação \_\_\_\_\_  
 Cidade \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
 Aluno (a) \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

O objetivo desta pesquisa é coletar dados que permitam compreender o processo de formação dos educandos do PROEJA para sua inserção no mundo do trabalho, em especial, através do Programa Primeiro Emprego, destacando indicadores que possibilitam maior aproximação entre a formação e necessidade de trabalho. Agradecemos a atenção e comprometo-me a analisar as informações, aqui apresentadas, de forma ética e responsável, buscando através delas, auxiliar, mesmo que de forma simples, o estudo das questões educacionais focalizadas, apontando as soluções necessárias.

Qualquer dúvida fazer contato pelo e-mail indicado ou pelo telefone.

Muito obrigado.

#### I - DADOS PESSOAIS

A - Faixa Etária: ( ) De 16 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 50 anos ( ) Acima de 50 anos

B - Formação: ( ) Informática ( ) Administração ( ) Agropecuária ( ) Agronegócio

1. Por que você optou por um curso de formação profissional?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Você se sente preparado (a) pelo curso que fez para ocupar a atual função?

SIM ( )                      NÃO ( )

Se sua resposta foi negativa cite o(s) motivo(s).

- 
- 
3.      Você considera a formação profissional e tecnológica importante para a entrada do aluno egresso no mundo do trabalho?

SIM ( )      ( ) NÃO

4.      De que forma o Programa Primeiro Emprego representa melhoria em sua condição social e econômica?

- 
- 
- 
5.      Se não existisse o Programa Primeiro Emprego você acredita que estaria empregado (a) com carteira fichada?

SIM ( )                      NÃO ( )

Email: [genivaldoferreirasa@yahoo.com.br](mailto:genivaldoferreirasa@yahoo.com.br)

75 – 99928-4696

## APÊNDICE D



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS I  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE

**JOVENS E ADULTOS – MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MPEJA**

Entrevista realizada com o Prof. Drº Almerico Biondi Lima, coordenador do Programa Primeiro Emprego, cujo objetivo é compreender o Programa Primeiro Emprego para auxiliar na constituição da Dissertação de Mestrado intitulada *A inserção dos alunos egressos do CEEP Lourdes Carvalho no mundo do trabalho: Uma análise do Programa Primeiro Emprego do governo estadual em Cícero Dantas-BA.*

Mestrando: Genivaldo Ferreira Sá

Orientadora: Profª Drª Leliana Santos de Souza

## ENTREVISTA

1. Quais os motivos que levaram à criação do Programa Primeiro Emprego?
2. O Programa se constitui como uma política pública de inserção dos jovens no mundo do trabalho ou como política de governo? Qual a garantia de continuidade do Programa nas gestões futuras?
3. Como vem sendo o impacto do Programa Primeiro Emprego na Bahia?
4. Quantos egressos da Educação Profissional da Bahia já foram contemplados com o Programa e qual a previsão de contratação para os anos seguintes?
5. Quais são as possibilidades de continuidade do egresso do Programa Primeiro Emprego no mundo do trabalho?
6. Como se dá o acompanhamento dos egressos contemplados pelo Programa, por parte dos gestores do Primeiro Emprego?